

APRESENTAÇÃO



Há exatamente um ano a Associação dos Docentes da USP lançou-se no arrojado projeto de editar uma revista. Neste primeiro ano de existência da *Revista Adusp* procuramos cumprir a proposta de apresentar reflexões sobre questões de caráter acadêmico e de conjuntura nacional. Já no primeiro número, distribuído em dezembro de 94, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, analisava e apontava soluções para os principais problemas brasileiros. No número seguinte, o ex-ministro da Previdência, Waldir Pires, rebatia os argumentos do governo FHC para o desmonte da previdência pública. Mais tarde, em julho, a *Revista Adusp* trazia uma análise da greve dos petroleiros que não se encontrava na grande imprensa. Em outubro, a edição número 4 homenageou o professor e sociólogo Florestan Fernandes, falecido em setembro último.

Esta quinta edição apresenta um texto do engenheiro-agrônomo, fazendeiro e ex-presidente do Incra, José Gomes da Silva, que mostra ser possível fazer a Reforma Agrária no país. Ainda no tema Reforma Agrária, entrevistamos os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza. Eles falam dos conflitos e das propostas para assentar os trabalhadores no Pontal do Paranapanema, interior do Estado. Traz, também, artigos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a necessidade de reforma no Estatuto da USP; e sobre por que devem ser extintos os contratos precários na Universidade de São Paulo.

DIRETORIA

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloísa D. Borsari, Valéria De Marco,
Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes,
José Marcelino Rezende Pinto, Ozírde Manzolli Neto.

Comissão Editorial

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone,
Francisco Gorgônio da Nóbrega, Jair Borin, Khaled Goubar,
Lígia M. Marcondes Machado, Nelson Achcar, Nilza Nunes da Silva,
Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi.

Editor: Marcos Luiz Cripa vd

Editoração eletrônica: Luís Ricardo Câmara e Maria Cristina Waligora

Capa: Argeu Godoy

Fotos da capa: Eduardo Knapp / Folha Imagem e Daniel R. Garcia (detalhes)

Projeto Gráfico: Dmag - Artes Gráficas

Revisão: Isabel Marques

Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Rogério Yamamoto

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Fotolitos: Bandeirante

Gráfica: Poolprint

Tiragem: 5.000 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

Cidade Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900

Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466

Fax: (011) 814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos inéditos sejam entregues em disquete e tenham no mínimo dez mil e no máximo vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

ÍNDICE

6
**A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA
NO LIMIAR DO ANO 2000**
José Gomes da Silva

15
SEM-TERRA, SEM GUERRA
Marcos Cripa

16
ENTREVISTA
José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza

22
**LDB, UMA QUESTÃO EMBLEMÁTICA
NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**
Romualdo Portela de Oliveira

25
É PRECISO MUDAR O ESTATUTO DA USP
Benedito Honório Machado

29
**CONTRATOS PRECÁRIOS:
POR QUE ISSO TEM DE ACABAR?**
Lígia Marcondes Machado

32
**OS SINOS DOBRAM PELA ESCOLA PÚBLICA
AS PROPOSTAS DE COVAS PARA O 1º E 2º GRAUS**
Gilberto Pereira de Souza

35
**EDUCAÇÃO-CUBA
NEM SÓ DE PÃO VIVE O HOMEM**
Guillermo Díaz Rodríguez

A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA NO LIMIAR DO ANO 2000

Fotos: Daniel R. Garcia



Engenheiro-agrônomo e fazendeiro, José Gomes da Silva sempre esteve ligado direta ou indiretamente ao debate da Reforma Agrária no Brasil. Participou da equipe que formulou o Plano de Revisão Agrária do Estado de São Paulo (1959 a 63); colaborou com o marechal Humberto Castello Branco na elaboração do Estatuto da Terra. No governo Montoro (1982/85), como secretário da Agricultura de São Paulo, implantou o Instituto de Assuntos Fundiários. José Gomes dirigiu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), fundou a Associação Brasileira de Reforma Agrária e foi presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Neste artigo ele mostra que houve, pelo menos, seis momentos históricos em que o Brasil perdeu a oportunidade de criar uma base democrática de apropriação da terra. Ele demonstra que o atual governo conseguiria assentar 200 mil famílias com R\$ 1,98 bilhão. Essa importância é bem menor que o rombo do Banco Econômico e equivale à metade da contribuição federal para salvar o Nacional.

Em primeiro lugar é preciso indagar se o Brasil precisa ainda, no limiar do novo século, realizar uma mudança na sua estrutura de posse e uso da terra, quando se sabe que os países desenvolvidos já realizaram essas reformas há longa data e a própria FAO – organismo que cuida da matéria em nível mundial – reconhece que tem havido nas últimas décadas um arrefecimento dos movimentos nessa área.

Explicando, cabe esclarecer que as ações de Reforma Agrária (a lei brasileira, o Estatuto da Terra, nas suas disposições ainda em vigor, escreve a expressão com iniciais maiúsculas) desenvolvidas no passado, naqueles países, por diferentes maneiras e em diferentes etapas de sua história, constituem o maior argumento para que o Brasil também implante esse processo, embora tardiamente. Mesmo porque ainda subsistem entre nós as razões que levaram os Estados Unidos, o Japão, a Itália, a Coreia do Sul e outros países a realizar suas reformas agrárias, bem-sucedidas, e que tiveram nessas mudanças um dos pilares para a decolagem do desenvolvimento em suas dimensões econômica, social e política.

Histórico

Houve pelo menos seis importantes momentos históricos em que o Brasil perdeu a oportunidade de criar uma base democrática de apropriação dos seus imensos recursos em terras agrícolas. Como se sabe, a partir desse fator de produção físico, equanimemente distribuído, as nações

modernas construíram o edifício democrático sobre o qual passou a existir a cidadania. Inclusive dos seus camponeses.

O primeiro desses momentos aconteceu no início do povoamento, quando o rei de Portugal, ao invés de abrir o imenso território descoberto, pertencente à Coroa, para todos os seus súditos, resolveu aplicar aqui, com as Capitânicas Hereditárias, um sistema de ocupação existente no minúsculo Arquipélago de Açores. Essas imensas áreas, depois divididas em sesmarias, deram origem ao latifúndio legalmente rotulado de “propriedade improdutiva”.

A libertação dos escravos não foi acompanhada da oferta de uma oportunidade de terem também a terra própria, como queriam alguns abolicionistas da época. Esse equívoco obrigou os negros libertos a buscar sua terra própria, por seus próprios meios - tal como fazem hoje os sem-terra.

Mais tarde, na abolição, a libertação dos escravos não foi acompanhada da oferta de uma oportunidade de terem também a terra própria, como queriam alguns abolicionistas. Esse equívoco obrigou os negros libertos a buscar sua terra própria, por seus próprios meios - tal como fazem hoje os sem-terra. Com suas ocupações criaram os quilombos que celebrizaram Zumbi e sua luta heróica. Registre-se de passagem que um estudo recente mostrou, somente no Maranhão e no Pará, estados onde a pesquisa foi concluída, a existência de 1 milhão de hectares de “terra de preto”, como essas áreas são popularmente conhecidas.

Já neste século, a Coluna Preses e a Revolução de 30 perderam a grande oportunidade de levantar também as massas camponesas e buscar, derrubando a República Velha, um lugar no novo Brasil que pretendiam inaugurar.

Por fim, na história mais recente, outros episódios retornaram à questão, como as Reformas de Base de João Goulart (1962/1964), o Estatuto da Terra (novembro de 1964) e o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, (1985).

Todos sabemos em quê deram as reformas de Jango, das quais a Reforma Agrária é unanimemente reconhecida, junto com a quebra da hierarquia militar, como as duas principais causas da sua queda e da instauração do longo período da ditadura militar.

O Estatuto da Terra e a Emenda Constitucional nº 10, ambos de novembro de 1964, abriram o caminho para o desencadeamento de uma Reforma Agrária de verdade, permitindo, pela primeira vez, o pagamento das desapropriações em títulos da dívida pública e editando uma lei específica sobre a matéria. Posteriormente, Costa e Silva, com o Decreto-Lei nº 554, de 25 de abril de 1969, operacionalizou aqueles dois diplomas, estabelecendo o rito sumário (que hoje Fernando Henrique tenta restabelecer) para agilizar o processo e evitar a retomada da terra desapropriada pelos latifundiários.

Infelizmente, a tentativa militar caiu também no vazio, seja pela pressão do conservadorismo (que impingiu o Imposto Territorial Rural em lugar das desapropriações), seja porque Castello Branco, que havia anunciado ter tomado uma “decisão política” em favor da Reforma Agrária

(tal como FHC, hoje), acabou sendo atropelado pelos “duros” de Costa e Silva e não pôde (ou àquela altura já não queria) dedicar à Reforma Agrária o acompanhamento necessário à real implementação de qualquer decisão política.

Por derradeiro, em 1985, Sarney, dizendo honrar compromissos públicos de Tancredo Neves com a Reforma Agrária, cria o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), entregando sua direção a Nélson Ribeiro, homem sereno e confiável, indicado pela Igreja Católica, à época seriamente engajada nos movimentos sociais pela Reforma Agrária.

Foi então elaborado um ambicioso Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que pretendia assentar 1,4 milhão de famílias em quatro anos.

Essa meta e a firmeza que a então direção do INCRA mostrava em pretender executá-la apavoraram os donos-de-terra, que se organizaram em torno da extinta União Democrática Ruralista (UDR), fizeram leilões de gado para arrecadar fundos, armaram-se e partiram para o confronto. Sarney, é claro, recuou e passou a buscar um pretexto para a capitulação, conforme descrito no livro *“Caindo por Terra”*, de minha autoria. O episódio de Londrina, que se constitui numa grotesca falta de entendimento processual, suficiente para fazer o frágil Executivo recuar, colocar-se na defensiva e entregar a reforma à sanha da UDR, veio a calhar e bastou para arquivar a Reforma Agrária e o PNRA com as desculpas de praxe.

Posteriormente, na Constituinte de 1988, a Reforma Agrária sofre novo revés com a retirada do latifúndio do texto constitucional, a criação da falácia da “propriedade produtiva” e o retorno da obrigatoriedade do prévio pagamento das indenizações por interesse social para fins de

Reforma Agrária, exigência que bloqueava o processo (tal como hoje acontece) e que havia sido retirada pela Constituição de 1967. No livro *“Buraco Negro - A Reforma Agrária na Constituinte”* são narrados os lances dramáticos desse e outros episódios relativos à questão agrária na atual Constituição brasileira.

Com isso chegamos a este ano da graça de 1995, com FHC e suas propostas a serem discutidas mais adiante.

O que é a Reforma Agrária?

Uma das primeiras reações daqueles que se opõem a mudanças na estrutura agrária brasileira (e a quaisquer outras alterações que afetem os seus privilégios), consiste em mencionar o fracasso dos assentamentos realizados até agora pelo governo.

Esse filme – já rodado em outras ocasiões, conforme vimos – é exibido de novo, com o recrudescimento do movimento pela Reforma Agrária. As cenas, in-

clusive, são sempre as mesmas, mostrando as “favelas” rurais, parceiros empobrecidos, crianças na miséria.

Há uma preliminar decisiva em tudo isso: nunca houve Reforma Agrária no Brasil, tal como aconteceu em numerosos países do mundo desenvolvido.

Reforma Agrária, por definição, é um processo amplo (massivo), imediato e drástico, de redistribuição dos direitos de propriedade da terra agrícola. Decuplando o conceito: amplo para guardar relação com a magnitude do problema agrário do país onde é executada; imediato para poder beneficiar a atual geração dos sem-terra, como os acampados na beira das estradas; e drástico (no sentido de “diferente”, não de “violento”) para garantir que a nova relação homem/terra, baseada na propriedade privada de um bem comum, mostre-se bastante diferente do antigo sistema latifundiário, ou seja, a agricultura “reformada” precisa apresentar ca-



racterísticas estruturais totalmente diferentes do “status quo” por ela modificado.

Neste contexto, os atuais assentamentos constituem ilhas isoladas e dispersas no imenso espaço nacional de terras ociosas, cercados de adversários por todos os lados.

Instalados, no mais das vezes, como providência emergencial, traduzem também a má vontade dos governantes conservadores que têm ocupado o Ministério da Agricultura e a direção do INCRA. A terra nem sempre possui fertilidade que permita uma exploração sustentável e os serviços (crédito, assistência técnica, armazenamento, saúde, educação, etc.) raramente têm vindo a tempo de assegurar o êxito desses empreendimentos. A falta de escala que dê aos assentamentos o caráter de massividade deixa também os assentados entregues à sua própria sorte, carecendo de estruturas modernas de transporte, comercialização e processamento.

A despeito de todas essas dificuldades – naturais ou fabricadas – muitos assentamentos conseguem sobreviver. No Paraná e no Rio Grande do Sul, eles já começam a se organizar em cooperativas de grau superior com agroindústrias incipientes que aumentam o valor agregado dos produtos que geram dentro e fora dos projetos.

Por outro lado, estudos realizados por entidades independentes, como a FAO e a Universidade de Santa Maria (RS), têm mostrado que a renda média dos assentamentos pode alcançar níveis satisfatórios e muito superiores aos que possuíam antes de receber terra própria. Não é outro, aliás, o motivo pelo qual diversos prefeitos – reconhecendo os benefícios que os assentamentos estão trazendo para as suas comunas, inclusive em arrecadação de impostos – passaram a apoiar esses movimentos.

E os fracassos, perguntarão os críticos? As vendas de lotes há pouco denunciadas no Pontal do Paranapanema?

A resposta é simples e válida para qualquer situação em que as exceções não podem ser esgrimidas como média. De fato, os insucessos dos assentamentos podem representar um êxito retumbante se comparados aos 87.781 imóveis rurais “improdutivos” (ocupando 115.054.000 hectares!), com áreas acima de 15 módulos fiscais, definidos pela legislação agrária em vigor.

Por último, muito embora reformas não devam se transformar em artigos de importação, cabe uma referência aos países que já fizeram suas reformas agrárias. A da Itália, por diversos motivos, é a que mais se aproxima daquela que deveria ser feita no Brasil. Ali, a redistribuição de terras aconteceu em grandes espaços - administrados pela “Ente di riforma” -, tal como poderia ser feito aqui, nos 350.000 hectares do Pontal, nas usinas decadentes da Zona da Mata de Pernambuco, no semi-árido e nos vales de rios perenes do Nordeste, na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e, massivamente, em algumas outras regiões do país.

Como fazer a Reforma Agrária

Em todo curso sobre Reforma Agrária ensinam-se as condições básicas para desencadeá-la: decisão política, legislação adequada, recursos (financeiros, humanos, terra), organismo executor e participação dos beneficiários.

Decisão política - FHC anunciou em São Paulo, tratando do assunto, que “o que vale é a vontade política do governo”. A afirmação foi repetida pelo ex-presidente do INCRA, porta-voz autorizado de FHC, que, em linguagem mais simples, afirma: “a Reforma Agrária é uma prioridade ‘pra valer’”.

Qualquer especialista que acompanhe a questão, desde a época das reformas de base, em 1963, pode dizer com ceticismo, que já ouviu as mesmas frases de Jango, Castello, Sarney e subordinados respectivos.

Desconfianças à parte, acreditamos – uma vez mais – que se deva dar um crédito ao atual governo. Em primeiro lugar, como dizia o próprio Lula, “Fernando Henrique não é Collor”. Digo porque:

Um dos momentos decisivos do debate da questão agrária nos anos recentes aconteceu durante a histórica sessão da Constituinte de 1988 quando apareceu o único “buraco negro” (impasse não regimental) nos diversos meses que a nova Carta consumiu. Tratava-se de decidir sobre a crucial questão da “propriedade produtiva”, a curiosa figura que os conservadores propunham para substituir o latifúndio tipificado pelo Estatuto da Terra. Para encaminhar a votação decisiva, o líder Mário Covas designou o então senador Fernando Henrique Cardoso para encaminhar a votação da proposta que derrubava aquele obstáculo legal para a concretização da reforma. E, do lado oposto, defendendo a posição do chamado Centrão, atuava o também senador Jarbas Passarinho.

A luta de gigantes que se travou, na oratória e no manejo legislativo, foi um dos momentos marcantes da última Constituinte e selou um compromisso do senador paulista com a Reforma Agrária, que certamente seria resgatado em qualquer oportunidade que viesse a se apresentar. Que melhor ocasião senão em que o professor progressista, o senador da reforma e o tomador de decisão estão juntos na mesma pessoa do Presidente da República?

Alguém já disse que um político realmente estadista depois de chegar à presidência, começa a se preocupar com a imagem

que passará à história. Essa a explicação que ouvi a respeito do fato de a decisão de Castello Branco, no bojo de um governo conservador, haver mudado a Constituição em nove artigos para permitir o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, editar o Estatuto da Terra e abrir caminho para a Reforma Agrária. Isso tudo contrariando amigos, correligionários e até participantes ativos do movimento militar que o levou ao poder e que teve na Reforma Agrária, como se sabe, uma das principais motivações.

Acontece que a decisão política não significa apenas fazer declarações públicas e anunciar planos e metas. Decisão política, em nível presidencial, significa acompanhamento constante, cobrança de providências, vigilância sobre subordinados menos convictos, liberação de recursos, empenho pessoal. Se Kennedy tivesse simplesmente anunciado o Projeto Apolo, sem acionar constantemente o pessoal de Cabo Canaveral, o homem jamais teria chegado à lua. Da mesma forma, se Gorbachev não tivesse ido às fábricas, nunca teria implementado a perestroika e o muro ainda estaria por lá.

No nosso caso, os dias conturbados que se seguiram à promulgação do Estatuto da Terra (30 de novembro de 1964) não permitiram a Castello passar à história como o general da reforma, assim como seus colegas Douglas McArthur, no Japão, Nasser, no Egito, e Chen Cheng, na Coreia.

Contudo, FHC não tem duros no seu encaço, parece contar no caso da Reforma Agrária com apoio popular e militar e está abraçado a um problema cuja solução não pode mais ser adiada.

Legislação adequada - A Constituição de 1988 foi madrasada para os sem-terra, como já vimos. As três leis que regulamentaram os contraditórios artigos 185 e 186 (a chamada Lei Agrária, a Lei do Rito Sumário e a Lei do Imposto Territorial Rural) só fizeram aumentar o arancel processo que entorpece o processo.

Felizmente, o novo governo já se deu conta dessas dificuldades - mesmo se apenas para cumprir a modesta meta de 280 mil assentamento de famílias durante o mandato de FHC - e já encaminhou

*A decisão política não significa apenas
fazer declarações públicas e anunciar
planos e metas. Decisão política, em nível
presidencial, significa acompanhamento
constante, cobrança de providências,
vigilância sobre subordinados,
liberação de recursos e empenho pessoal.*

ao Congresso Nacional projeto de lei que permitirá agilizar os processos de desapropriação e as emissões de posse respectivas.

Além do projeto-de-lei destinado a agilizar o Rito Sumário (se fosse sumário precisaria ser agilizado?), o Executivo promete enviar também ao Congresso Nacional uma outra modificação igualmente importante: a criação da figura jurídica do “conflito coletivo”, destinada especificamente a orientar os Juizes de Direito no tratamento dos conflitos envolvendo um grande número de pessoas.

Como se sabe, essa atual limitação do velho Código do Processo Civil tem acobertado latifundiários e levado inocentes para a cadeia, alguns ilegalmente algeados, como aconteceu há pou-

co no civilizado Estado de São Paulo com Diolinda Alves de Souza, esposa do líder sem-terra José Rainha Júnior.

De qualquer forma, nossa opinião é de que, no atual regime presidencialista, o Poder Executivo, mesmo com as atuais limitações na legislação, é capaz se não de implantar uma Reforma Agrária de verdade, pelo menos de desencadear o processo, torná-lo irreversível e abrir o caminho para a ampliação da redistribuição de terras em um próximo mandato.

Há dinheiro? - A tabela, na página ao lado, mostra várias estimativas de custos do assentamento de uma família, realizada em diferentes épocas, por diferentes autores. Sempre que possível foi efetuada a devida correção dos valores, inclusive em dólares, de modo a permitir uma melhor comparação.

Como se vê, a dispersão varia entre US\$ 7,13 mil a US\$ 16,10 mil, com a média de US\$ 9,55 mil.

Uma estimativa dos recursos necessários para assentar um número de famílias compatível com a dimensão da questão agrária brasileira implica um exercício baseado nas seguintes premissas:

a) A Reforma Agrária deve ser um processo de decisão política geral, isto é, todos querem (Presidente, Partidos Coligados) inclusive os sem-terra. Aqui, a colaboração que destes se espera, além da renúncia ao paternalismo que tem imperado em alguns projetos tradicionais, consiste no aporte de mão-de-obra, deslocamento para os projetos (que eles já fazem, por sua conta, nas operações de ocupação), participação na organização dos beneficiários (experiência que eles têm em alta dose, numa rica história de lutas) etc;

b) Os custos a cargo do Organismo Executor da Reforma Agrária referem-se apenas aos investimentos intrinsecamente ligados ao assentamento;

c) Obras de infra-estrutura, como estradas vicinais, eletricidade, armazéns, escolas, centros de saúde, pequenas agroindústrias, etc., serão custeadas pelos órgãos governamentais próprios (Ministério do Transporte, Ministério da Educação, Saúde, Banco do Brasil, etc.).

“No PNRA os custos dos Serviços de Apoio não serão inerentes ao processo de Reforma Agrária e representam a aplicação dos instrumentos de ação institucional nas áreas prioritárias, normalmente proporcionados pelo Poder Público”;

d) O Crédito Agrícola será fornecido pelo Banco do Brasil e BNSES. Não são imputados nem juros nem o principal desses financiamentos. Os juros a taxas privilegiadas serão cobertos pelos saldos obtidos pelos dois bancos com operações a taxas de mercado e o principal, sempre devolvido pelos beneficiários, não é considerado como custo;

e) Para permitir alguma participação local e levar em conta as implicações regionais, os Serviços

Para assentar 200 mil famílias iniciais, seria preciso cerca de US\$ 1,98 bilhão. Essa importância é bem menor que o rombo do Banco Econômico e equivale à metade da contribuição federal para salvar o Banco Nacional.

de Assistência Técnica e Extensão Rural serão fornecidos, mediante convênio, pelos Estados, Municípios e ONGs que assumirem os projetos;

f) Os indicadores adotados foram os do PNRA (outubro de 1985), atualizados, informações de campo, do MST, experiência pes-

soal dos autores e outras fontes.

Tampouco foram consideradas as despesas para o custeio, consolidação e/ou emancipação dos atuais assentamentos.

Na preparação da tabela evitamos equívoco muito freqüente neste tipo de análise: a falta de correção dos valores expressos em US\$ de anos anteriores e a não-apropriação das parcelas havidas em pagamento do custo dos lotes, a serem feitas pelos beneficiários.

A primeira omissão explica os baixos valores em US\$ de algumas projeções, já que de 1985 a 1994, por exemplo, a inflação norte-americana atingiu 32%. No segundo caso, aparece a necessidade de aclarar a natureza de venda a prazo dos lotes, cotas em cooperativas, quinhões condominiais, participação societária ou qualquer outro sistema organizacional que venha a ser adotado numa Reforma Agrária capitalista.

Com isso substitui-se de vez a expressão *dar terra* por *proporcionar oportunidade* na alusão à posse e propriedade da terra em projetos de assentamento.

Como produto final desta elaboração, conclui-se que para assentar 200 mil famílias iniciais, seria preciso cerca de US\$ 1,98 bilhão.

Estimativa de custos para assentamento de uma família em projetos de Reforma Agrária

Ano	Proposta	US\$/Família	Observações
1985	Proposta PNRA	7.134,56 *	Inclui TDAs e recursos orçamentários. Valor da terra calculado na base de 60% do valor de mercado. Total de investimentos em 4 anos.
1985	PNRA	8.119,00	Refere-se apenas ao custo de implantação dos projetos (terra nua, indenização de beneficiários, ações de redistribuição. Os serviços de apoio: saúde, educação, infra-estrutura básica, estrada de desvio, armazenagens, etc., assistência técnica, crédito) custavam mais US\$ 6.554,07*. Segundo o PNRA, estes custos não são inerentes ao processo de RA e representam a aplicação dos instrumentos de ação institucional nas áreas prioritárias, normalmente proporcionadas pelo Poder Público (p.44).
1991	Governo Paralelo	7.728,00 **	Investimento de US\$2.500,00; 1.500,00; 1.000 e 2.000, nos 1º, 2º e 3º anos de implantação.
1993	INCRA, Plano	10.028,00 **	Incluídos US\$2.000,00 do Proceca para crédito de investimentos e US\$ 500,00 para custeio.
1993	Sérgio Leite	8.224,00 ***	Baseado em custos de projetos no Estado de São Paulo envolvendo preparação da área, edifícios do núcleo urbano e infra-estrutura (eletrificação, saneamento, etc.) + arrecadação da gleba. Ver Leite, S. Reforma Agrária: Combate à Exclusão e Geração de Empregos, RJ, CNRA, 1993.
1994	FAO	16.100,00	Informação preliminar, 1994. Inclui valor da terra, do crédito rural e até custos administrativos com a manutenção do Organismo Executor da Reforma Agrária.

* Dólar de 1985 corrigido para junho de 1994 (x 1,376) ** Dólar de 1985 corrigido para junho de 1994 (x 1,376) *** Dólar de 1985 corrigido para junho de 1994 (x 1,376)

Essa importância, como se vê, é bem menor que o rombo do Banco Econômico e equivale à metade da contribuição federal para salvar o Banco Nacional.

Há recursos humanos? - Um projeto com as dimensões de uma Reforma Agrária para o Brasil, exige um número elevado de especialistas cujo recrutamento viria em boa hora, já que o país enfrenta grave crise de desemprego, constituindo mais uma vantagem, dentro de uma formulação geral de desenvolvimento. Planejadores, engenheiros de produção, arquitetos com experiência em organização espacial, agrônomos, veterinários, zootécnicos e outros profissionais de agricultura de nível médio ou superior, economistas, estatísticos, assistentes sociais, sociólogos e antropólogos, geógrafos, educadores, sanitaristas, médicos, advogados conhecedores do Direito Agrário, etc., teriam hora e vez nessa imensa empreitada.

Organismo executor - Muitos países que fizeram a Reforma Agrária trataram de criar um organismo executor completamente novo e descomprometido com as velhas estruturas que o processo pretendia eliminar. Essa foi também a decisão de Castello Branco que, no Estatuto da Terra, tratou de criar não apenas um, mas dois institutos inteiramente novos: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), dedicado unicamente à Reforma Agrária, e o INDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário), para cuidar dos assuntos pertinentes aos já proprietários (colonização, assistência técnica, crédito rural, etc.).

Em outros casos – o da Itália é o mais sugestivo – onde a decisão política se sobrepunha ao corporativismo, a Reforma Agrária foi conduzida pelo próprio Ministério da Agricultura, também engajado na Reforma Agrária, criando-se novas estru-

Áreas e proprietários rurais atingidos pela Reforma Agrária		
Área (ha)	Proprietários*	
	nº	%
115.054.000**	57.188	2,82

*Admitindo a média de 1,5 imóvel rural por proprietário.
** Imóveis Rurais Improdutivos acima de 15 módulos fiscais (área da propriedade considerada "grande")

turas apenas em nível regional (as famosas “Enti di Riforma”, na Itália).

Além da indicação de uma autoridade de confiança do Presidente da República para dirigir o processo, seria necessário reciclar o pessoal do INCRA, alijando os servidores que tradicionalmente têm se mostrado adversários da Reforma Agrária e dando força aos vocacionados para atuar num trabalho como esse, de marcante dimensão social.

Papel dos beneficiários - Qualquer plano de Reforma Agrária, ensina Leonilde Medeiros, especialista da Universidade Federal do RJ, deve se basear na premissa de que o processo será implementado com os trabalhadores e não apenas para os trabalhadores.

A participação popular é a chave e o objetivo de toda ação do governo. Compreende-se que dificilmente essas ações terão sucesso junto à população rural se forem um ato de cima para baixo ou simplesmente um ato administrativo. Portanto, a participação será a garantia do caráter democrático e popular de toda a ação governamental. E compreende-se que a participação popular é a essência do processo de desenvolvimento social e cultural do homem. Que é o objetivo final da própria Reforma Agrária.

Finalmente, compreende-se a Reforma Agrária como um processo permanente e com ampla mobilização dos seus interessados. Por isso, o plano de Reforma Agrária deve não só compreender a participação massiva dos beneficiários, mas também ensiná-la e respeitá-la.

Quantos donos-de-terra poderão ser desapropriados.

Esse exercício foi efetuado a partir da atual legislação que regulamenta as desapropriações por interesse social para fins de Reforma Agrária, tomando os dados das Estatísticas Cadastrais do INCRA relativas a 1992 e divulgadas no ano passado.

A tabela acima, resultante da simulação mostra algumas novidades: em primeiro lugar, surpreende o reduzido número de proprietários de imóveis rurais a ser eventualmente afetado, menos de 3% de um universo de mais de 3,5 milhões de pessoas. Esse número (57.188 donos-de-terra) constituirá pois o público-alvo.

A sociedade brasileira sonha há séculos com uma reforma que venha a corrigir a herança das Capitâneas Hereditárias, das Sesmarias, da Lei de Terras de 1850 e da “propriedade produtiva” da Constituição de 1988.

Outro destaque é a imensa área que o Poder Público (quero referir-me também ao Judiciário) tem à sua disposição para realizar a reforma. São mais de 115 milhões de hectares, ou seja, quase cinco vezes a área do Estado de São Paulo e 3,4 vezes a superfície da Itália.

É claro que nem todas essas “propriedades improdutivas” se prestam para uso agrícola, mas se tomarmos a média de 43% de terras aproveitáveis estimada para o Brasil como um todo, ainda sobrarão quase 50 milhões de hectares para abrigar assentamentos de quase dois milhões de famílias sem-terra em módulos de 30 hectares. Esse contingente

equivale a 6,78 vezes a meta de 280 mil famílias programada para o quadriênio do atual governo.

Essas cifras mostram claramente que na atual situação de penúria de recursos, a terra é uma das poucas coisas que o Brasil ainda tem para redistribuir.

Desmobilizar e esperar pelo governo?

A Reforma Agrária teria voltado à pauta das discussões nacionais, depois das derrotas do PNRA e da Constituinte de 1988, caso tivesse continuado apenas como um tema dos debates dos intelectuais e dos discursos de parlamentares?

A experiência de 1985, quando o MST mostrou alguns sinais de cooptação pelo governo da época, valeria para hoje?

Horácio Martins de Carvalho, analisando as causas da frustração do PNRA, escreve na revista da ABRA de agosto/novembro de 1989.

“Com a implantação do governo da Nova República e a ocupação funcional do INCRA por um grupo de intelectuais de esquerda, criou-se um clima de confiabilidade na sociedade política por parte das direções orgânicas das classes subalternas. Tal confiabilidade permitiu o estabelecimento de negociações políticas que culminaram com a cooptação de amplos setores da intelectualidade da esquerda, vinculada com a reforma agrária por parte das cúpulas tecnoburocráticas da Nova República. A partir da entrega à apreciação da opinião pública do projeto do 1º PNRA pelo MIRAD/INCRA em maio de 1985, desencadearam-se dois movimentos distintos, porém articulados entre si:

- As direções orgânicas das mais relevantes organizações políticas das classes subalternas aceitaram um pacto com o Governo Federal no sentido de não intrigar a mobilização popular

para ações diretas à reforma agrária, dando um voto de confiança às intenções no Governo da Nova República. Isso implicou, por parte dos movimentos e organizações populares no campo, a perda da iniciativa, a qual passou pela crescente cooptação dos dirigentes de parte significativa das organizações das classes subalternas a ser privilégio da sociedade política (em face de transformismo em relação aos intelectuais);

- Uma ofensiva tática por parte das classes dominantes contra a reforma agrária de baixo para cima (posteriormente contra qualquer tipo de reforma agrária exigindo do Governo da Nova República a sua tutela sobre qualquer iniciativa de redistribuição das terras – momento da restauração)”.

Embora a situação de hoje (novembro de 1995) possa apresentar algumas semelhanças com aquela que o autor descreve, é preciso destacar, contudo, várias diferenças marcantes.

Em primeiro lugar, a atual “ocupação funcional do INCRA” não é de esquerda. A começar pelo chefe supremo, o Presidente FHC, e outros personagens que há muito abandonaram carteirinhas e convicções, pedindo, inclusive: “Esqueçam o que escrevi”. Isto já fez Figueiredo com ele mesmo. Ademais o voto de confiança, como veremos adiante, ainda não foi dado explicitamente.

Quanto ao segundo tópico, este sim está se repetindo hoje com o mesmo determinismo histórico: as classes dominantes contra a reforma agrária voltam a se mobilizar, desta feita, ao que parece, ainda com mais competência. Afora as armas já exibidas até pela Rede Globo, articula-se uma similar da UDR, agora organizando uma ação estratégica em pinça, tendo numa das pontas a tradicional Sociedade Rural Brasileira (SRB) e,

na outra, o Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte (Sindipec).

Os dirigentes dessas duas ofensivas, mais bem preparados que os de 1985, não repetem a truculência de Ronaldo Caiado, mas procuram insinuar argumentos econômicos nesta época de embriaguez neoliberal. Produção e produtividade são os motes da Sociedade Rural Brasileira para melhorar a imagem dos pecuaristas.

Examinando o que acontece do outro lado, aparecem também alguns fatos relevantes.

Mesmo a CONTAG, cujo presidente é militante do partido do governo, o PSDB, tem vindo a público para estimular a mobilização, cobrar promessas e até, em alguns casos, cometer exageros como na proposta de saque para conter a fome.

Na área do MST, passada a fase da lua-de-mel com o ex-presidente do INCRA, suas lideranças estão partindo para a ofensiva, repetindo até os excessos do presidente da CONTAG.

O Boletim do DESER – entidade mantida por um grupo de sindicatos de trabalhadores rurais, à semelhança do DIEESE – publica, por sua vez, em sua edição de 17 de outubro de 1995, matéria que pelo seu título, “Reforma Agrária no Governo FHC: falsa ou real?”, dá bem idéia das dúvidas que perseguem os trabalhadores rurais. De fato, depois de enumerar as contradições no tocante aos cortes de verbas para a Reforma Agrária, as vacilações em impedir matança de trabalhadores rurais, a modéstia das metas de assentamentos e a falta de uma política agrícola que impeça a expulsão dos pequenos agricultores-proprietários, o DESER pergunta:

“Depois de 10 anos de sucessivos governos ‘democráticos’ falando em dar prioridade para a Reforma Agrária, os movimentos e organizações a favor de

uma política de redistribuição de terras já não se iludem com a retórica do governo. Hoje, mais do que nunca, é preciso que o governo FHC tome iniciativas mais ousadas e demonstre o seu real interesse de iniciar um processo de modificação da realidade agrária. Do contrário, não passará de mais uma tentativa de enganar os agricultores com ilusões e falsas promessas”.

A Reforma Agrária será feita desta vez?

Fiel à nossa velha hipótese (“a Reforma Agrária no Brasil sairá por via lotérica, isto é, por um caminho imprevisível”), eterno otimista, achamos que o processo, desta vez, poderá avançar, para ultimar-se no médio prazo, já que existem atualmente as seguintes condições favoráveis:

Decisão política - Afora a verbalização (registrada também em casos anteriores) esta pré-condição, hoje, parece traduzir-se em alguns atos concretos: a) o reconhecimento do MST como interlocutor; b) a nomeação de um presidente do INCRA do circuito pessoal do Presidente da República; c) a avocação do problema para a área presidencial, alijando dessa forma, a eventual influência negativa do Ministro da Agricultura, adversário confesso da Reforma Agrária; d) a constituição de um poderoso bloco de trabalhadores rurais conseguido com a filiação da CONTAG à CUT, o que dobrou o número de sindicatos ligados a esta central; e e) a iniciativa da Reforma Agrária, desta vez, não é do governo, mas dos próprios sem-terra, o que torna o processo muito mais autêntico e vigoroso.

Recursos - O novo presidente do INCRA, que acaba de se demitir, já declarou em público, certamente com respaldo, que “dinheiro para fazer a Reforma Agrária não é problema”.

Em contrapartida, a longa es-

pera pela Reforma Agrária, citada em tópicos anteriores, teve pelo menos esta vantagem: preparar recursos humanos para o momento em que a ordem de partida for autorizada.

No tocante ao recurso da terra, igualmente, não haverá dificuldades, pois o país dispõe de um enorme estoque de áreas ociosas à espera de redistribuição.

Legislação - Enquanto se aguarda a modificação na atual legislação, os poderes do Executivo (imensos quando se quer fazer alguma coisa, como no caso do rolo compressor utilizado nas privatizações e na ajuda aos bancos quebrados), no âmbito do sistema presidencialista são suficientes para desencadear a Reforma Agrária. Concretizá-la, modificando a estrutura agrária brasileira, democratizando, de vez, o acesso à propriedade e uso da terra agrícola e lançando as bases da almejada “nova sociedade”, será tarefa a ser amparada por novos diplomas legais.

Órgão executor - O dilema “flexibilidade e a autonomia administrativa X imediatismo” no desencadeamento da Reforma Agrária foi inteligentemente resolvido pelo governo FHC ao compensar o organograma pelo personograma. O secretário particular do Presidente foi colocado na Presidência do INCRA e, pronto, o órgão da Reforma Agrária ficou diretamente ligado ao planalto como sempre quiseram os reformistas e como pleiteava há pouco o MST. Resta esperar que a crise do SIVAM não venha a acarretar novo atraso na Reforma com a queda do homem de confiança de FHC, encarregado de executá-la.

Opinião pública - A julgar pelo noticiário da mídia, este ano da graça de 1995 está muito mais favorável à Reforma Agrária. As manchetes dos grandes jornais conservadores chegam até a se trair e falam, às vezes, em ocupação, em lugar de invasão. A pode-

rosa Rede Globo, a par de chamadas maliciosas e sensacionalistas em contrário (favelamento dos assentamentos, venda de lotes no Pontal, etc.), não é parcial, desta feita, a ponto de esconder as armas pesadas dos donos de terra do Pontal do Paranapanema. Há ainda a aceitação popular. Recente pesquisa realizada pela ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) em dez pontos de ônibus de Campinas, mostrou que 90,6% dos campineiros entrevistados são favoráveis à Reforma Agrária; 85,5% acreditam que ela pode contribuir para a melhoria das condições de vida nas cidades; 63,9% acham que o governo federal não está realizando-a; 51,5% são favoráveis às ocupações de terras improdutivas; 45,1% apontam fazendeiros e latifundiários como responsáveis pela morosidade da Reforma Agrária; 17,4% acham que a responsabilidade é dos políticos; 11,4% do governo e 8,5% dos ricos e poderosos; 21,8% acreditam que FHC conseguirá cumprir algum programa de Reforma Agrária até o final de seu governo.

O apoio militar, que não existia no tempo de Jango e de Sarney (apenas com Castello Branco ele foi claro e ostensivo), tem se manifestado agora com franqueza em pronunciamentos de credenciados representantes da cúpula militar.

Para concluir, prefeitos de cidades onde existem assentamentos passaram a apoiar a reforma, seja pelo salto que os novos agricultores propiciaram à arrecadação dos municípios, seja pelo dinamismo que os novos personagens estão trazendo para a economia decadente dessas localidades.

Oxalá, portanto, que nenhum acidente de percurso (projeto SIVAM?) venha a tirar de FHC e de seu governo a determinação e a tranqüilidade necessárias para conduzir um processo com a dimensão e a importância da Reforma Agrária para o futuro de nosso país.

SEM TERRA, SEM GUERRA

O sol era escaldante na Rodovia Assis Chateaubriand, na tarde de 24 de novembro, a sete quilômetros de Presidente Prudente. Num dos batalhões da cidade, a tropa de choque da PM fazia exercícios de enfrentamento. No centro, um clima de aparente tranqüilidade. Os comerciantes trabalhavam normalmente.

Na rodovia, 1.500 homens, mulheres e crianças do Movimento Sem-Terra enfrentavam o quinto e último dia da “Marcha Pela Justiça em Defesa da Vida”, iniciada em Teodoro Sampaio. Estavam prestes a concluir o trajeto de 100 quilômetros. Espalhados pela cidade e estradas da região, 350 policiais militares prontos a entrar em ação.

No Aeroporto Adhemar de Barros, mais policiais com a difícil missão de “proteger o patrimônio público”. Por lá desembarcava (às 15h30) o líder da caminhada – que viajara para São Paulo na noite anterior–, José Rainha Júnior, acompanhado por deputados federais, estaduais e pelo advogado do Movimento.

A expectativa, criada pelo prefeito pefelista Agripino Lima, era de confronto. Durante toda a semana ele se recusou a negociar com as lideranças da marcha, afirmando que no “seu” município os sem-terra não entrariam. Para acirrar o clima, decretou ponto facultativo na esperança de que as pessoas ficassem em casa. Na sua opinião o perigo seria iminente com a chegada dos sem-terra à cidade.

Aumentava a tensão a cada passo. Policiais postados no acesso ao centro da cidade não informavam se permitiriam a entrada dos sem-terra em Presidente Prudente. Procurado, a informação era de que o prefeito deixara a cidade naquela manhã, afinal era ponto facultativo. O vice também havia desaparecido. Coisa de inconcebível ficção.

Restou ao comandante da PM, major Cunha, recepcionar José Rainha, Diolinda Alves de Souza, outra líder da caminhada, e os outros 1.500 sem-terra, e

dizer que a polícia estava ali para garantir a segurança dos manifestantes enquanto eles estivessem na cidade. O major Cunha, paradoxalmente, é o mesmo comandante das desocupações de terra no Pontal.

Às 18h30, vencidas todas as dificuldades da caminhada e as ameaças de enfrentamento, os sem-terra foram recebidos por cerca de mil pessoas na Praça 9 de Julho, a principal da cidade. Lá, promoveram um ato em defesa da Reforma Agrária e entregaram flores ao presidente da Câmara, Wilson Portela Rodrigues (PMDB).

Somente a partir deste momento a PM passou a fornecer informações de que nenhum incidente havia sido registrado nas cidades por onde passara a marcha. Os noticiários locais, que bombardearam os telespectadores com a possibilidade de confronto, alardeavam, desta vez, a caminhada pacífica: “Depois de caminhar 100 quilômetros, Movimento Sem-Terra chega a Prudente em Paz”.

O sol já havia se posto há duas horas quando os 1.500 integrantes do Movimento Sem-Terra deixaram Prudente em direção aos acampamentos. Também foi neste momento que os policiais voltaram aos quartéis, os deputados a São

Paulo, e o prefeito à cidade que abandonara pela manhã. Provavelmente chegou a tempo de participar da organização do caminhonaço que os latifundiários promoveriam 72 horas depois, na mesma praça.

Episódio semelhante aconteceu em 1987, em Promissão, também interior de São Paulo, quando 352 famílias de acampados fizeram uma passeata. Naquela ocasião, os comerciantes, amedrontados, cerraram as portas dos estabelecimentos. Em outubro deste ano, oito anos após o assentamento na Fazenda Reunidas, os comerciantes voltaram a baixar as portas. Desta vez, em solidariedade aos ex-sem-terra, atuais pequenos produtores, que ocuparam a agência local do Banespa para exigir a liberação de crédito agrícola.

Marcos Cripa é editor da Revista Adusp.



Entrevista

José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza por Marcos Cripa

EM NOME DA TERRA

Fotos: Daniel R. Garcia

José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza conheceram-se no Estado do Espírito Santo. Envolvidos na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), percorreram vários estados brasileiros antes de se fixarem no Pontal do Paranapanema, área de maior conflito agrário no Estado de São Paulo e onde as ocupações prometem recrudescer em 96. Filhos de lavradores pobres, eles vivem em função da luta pela terra. Em novembro de 1995, Diolinda e Márcio Barreto, outro militante do movimento, ficaram 17 dias presos no complexo penitenciário do Carandiru. Neste mesmo período, com a prisão preventiva decretada, Rainha e Laércio Barbosa, também do MST, permaneceram foragidos. Todos são acusados de formação de quadrilha e bando pelo juiz da comarca de Pirapozinho, Darci Lopes Beraldo. Quatro dias após deixar o Carandiru e da revogação do mandado de prisão, Diolinda e Rainha iniciaram uma marcha de 100 quilômetros com mais 1.500 sem-terra, que terminou dia 24 de novembro em Presidente Prudente. Na manhã seguinte, em Teodoro Sampaio, onde moram com o filho João Pedro, de 2,5 meses, eles concederam entrevista à Revista Adusp.



Adusp - Rainha, como é que você iniciou suas atividades no Movimento Sem-Terra?

Rainha - Nasci no interior do Espírito Santo, na cidade de São Gabriel. Ali fui crescendo, sempre trabalhando na terra, mas como éramos camponeses pobres, ficávamos meeiros de café. Lembro de um período em que a minha família chegou a ter um pedaço de terra, comprada com muito esforço. Depois, perdemos para o Banco do Brasil. Isso foi entre 76 e 77. Em 1978 entra o conhecimento da causa social, dos problemas que enfrentamos até hoje. Sempre trabalhando na roça, aprendi a ler aos 15 anos de idade. Nunca fui à escola. Aliás, ninguém da minha família estudou. Alguns dos que foram à escola, muito mal aprenderam a ler e escrever. Ninguém teve escolaridade boa. Eu particularmente nenhuma.

Adusp - Por que a sua família perdeu a terra?

Rainha - Nós tínhamos um alqueire e meio, que foi comprado financiado. Como meu pai não teve como pagar o banco, teve de vender. Plantávamos café e o básico para a sobrevivência: milho, feijão, arroz, mandioca, e criávamos galinhas e porcos.

Adusp - Qual é o sentimento de perder a terra?

Rainha - É como se alguém tivesse pego uma parte da vida da gente, porque naquela terra nós tínhamos espaço para trabalhar. Nós sabíamos que aquilo era nosso, sabíamos que teríamos futuro. E quando você perde, é como se tivesse perdido parte da vida. Depois desse período, voltamos a trabalhar como meeiros e tudo aquilo que era produzido tinha de ser dividido com o patrão. Aí você sente o que é exploração.

Adusp - Diolinda, a sua família também é do Espírito Santo e camponesa, como é que você entrou para o MST?

Diolinda - Meus pais sempre trabalharam como meeiros para os fazendeiros, principalmente dos municípios de Montanha e São Mateus. Eu estudava e a única coisa que a gente podia fazer era ir à missa. Enfim, estar dentro do processo religioso. Mas era uma vida difícil porque além de pouco, tudo o que você colhia tinha de ser dividido. Foi em 1985 que conheci o Movimento Sem-Terra com a proposta de Reforma Agrária. Minha

Não dá para falar em Reforma Agrária nessa região se não se falar da mudança do ponto de vista ideológico da política. O Estado tem que acompanhar o processo (...) É preciso investir em projetos de irrigação, conservação do solo e, principalmente, atrair o mercado.

mãe participou de todas as reuniões e me incentivou a participar. Em outubro daquele mesmo ano ocupamos a primeira fazenda no Estado do Espírito Santo. Larguei a escola, as missas e abracei a causa. Naquela ocasião, tirando o meu pai que estava doente e um irmão que ficou para cuidar dele, a minha família foi inteira para a ocupação. Aí foi aquele período de ocupa/desocupa/ocupa novamente, até que no final de 86 minha família foi sorteada e assumiu definitivamente um pedaço de terra. Isso, para uma família de bóias-frias, foi o máximo. Ela continua em cima da terra, cuidando do café, da lavoura de coco da Bahia, do feijão e do milho. Temos também uma casa. Quer dizer, onde viver e onde morar minha família tem.

Adusp - Essa é uma experiência de assentamento que deu certo?

Diolinda - Aquela era uma área de pesquisa de aproximadamente 100 alqueires. Acontece que naquela época só se faziam pesquisas de maracujá em um alqueire e meio. Nada mais. Hoje a área é coberta de pimenta do reino e de café. É realmente uma experiência que deu certo. Nós temos uma cooperativa de produção já com caminhões, carros pequenos e telefone. Tem estrutura em relação ao abandono que existia antes.

Adusp - Rainha, gostaria que você descrevesse a realidade do Pontal. Qual o volume de terra passível de ser destinada à Reforma Agrária e o número de pessoas que precisa de terra para trabalhar.

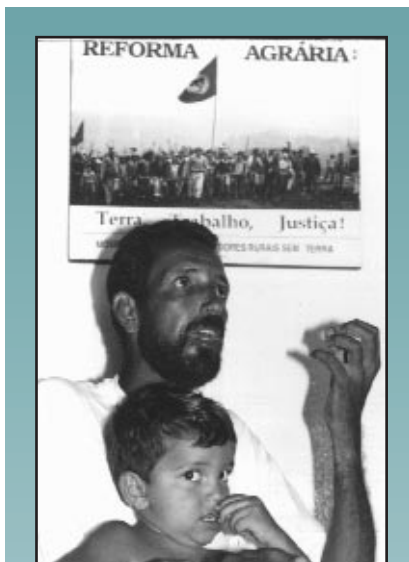
Rainha - O volume de terra do Estado soma 914 mil hectares e o número de famílias se aproxima de 30 mil. Estamos fazendo o cadastramento e é possível que esse número chegue a 50 mil. É provável que dentro de seis meses tenhamos esses dados nas mãos. Depois do cadastramento, significa um prazo de dez a quinze anos para fazer um processo completo de Reforma Agrária. Agora, não dá para falar em Reforma Agrária nessa região se não se falar da mudança do ponto de vista ideológico da política. O Estado tem que acompanhar o processo. Pode-se até desapropriar as terras, mas se o Estado não investir, não vai haver produção. É preciso investir em projetos de irrigação, conservação do solo e, principalmente, atrair o mercado. Outra coisa é a indústria. Temos de avançar na tecnologia, porque não dá pra você ficar no campo criando a galinha do pescoço pelado e tirando a ce-

bola da horta para fazer a canja da galinha. Quer dizer, é preciso estar aqui com a agroindústria. Nós propomos agroindústria na área da acerola, pra fazer o suco. O leite, é preciso industrializar para aproveitar todos os derivados, a exemplo do requeijão, iogurte, etc. Nesse aspecto, os frigoríficos também vão ter que vir para o Pontal. Tanto para a carne bovina, como para o frango e o porco. Nós temos grandes projetos nessa área. É preciso modernizar a agricultura. Mas essa modernização tem de vir acompanhada do Estado, com a Reforma Agrária e com uma mudança política. Se não houver essa mudança o Pontal também não vai funcionar, não vai dar certo. É preciso que haja mudanças profundas na estrutura do Estado.

Adusp - A realidade é que o Estado não tem demonstrado interesse em desenvolver essas políticas.

Rainha - Isso porque o Estado é burguês e está comandado por meia dúzia de pessoas da classe dominante que nunca olhou pelo país. É por isso que eu digo que a Reforma Agrária deve ser uma bandeira de luta da sociedade. E aí estou falando da classe média e de setores que compõem a sociedade como um todo. A sociedade tem de participar para implantarmos mudanças estruturais. Não acredito que seja uma coisa assim tão simples. Mas você pode fazer a Reforma Agrária democrática, pacífica, depende deles, como se pode fazê-la num processo revolucionário. Isso não é uma vontade política nem uma determinação ideológica. Para mim, isso é a realidade e as condições objetivas e subjetivas dadas num determinado momento.

Adusp - Nesse sentido, as ocupações e o crescimento do Movimento Sem-Terra contribuem para forçar o Estado a implementar essa transformação?



Podem dizer que somos vagabundos, mas a verdade é que, nos assentamentos que fizemos o pessoal come, bebe e vive decente. Ou seja, resolveu-se o problema do emprego, da fome, da marginalização, da violência e dos assassinatos de crianças. Estamos gerando empregos.

Rainha - Contribuem, ou então você pode sentir outro golpe igual ao de 64. Mas a verdade é que a história não se repete. E se se repetir será como farsa. Hoje nós estamos vendo que a sociedade está atenta ao que acontece. Basta ver o exemplo do que ocorreu em Presidente Prudente, onde o bispo da igreja católica dizia: “Aqui o Movimento Sem-Terra não entra”. Aí vieram as Comunidades Eclesiais de Base e passaram a apoiar o nosso movimento, o mesmo ocorrendo com as associações

de bairro. Se estes setores se mobilizam, vão para as ruas, a coisa muda neste país. Acredito que a Reforma Agrária vai ser o estopim dessa mudança. É por isso que as classes dominantes usam os meios de comunicação para difamar as lideranças do movimento. Hoje nos passamos por vagabundos, assassinos, formadores de quadrilha e pessoas que maltratam as crianças. A imprensa burguesa trata de colocar essa opinião para a sociedade de uma forma dividida: é ou não assassino?, maltrata ou não as crianças? Um dos grandes aparelhos do Estado são os meios de comunicação. Eis o papel fundamental que têm os movimentos sociais nesse processo. O movimento sindical tem de cumprir o papel dele, assim como o movimento estudantil, juntamente com os outros setores que compõem a sociedade.

Adusp - E você acha que estes setores estão sensíveis ao problema agrário brasileiro?

Rainha - Está começando, porque, na realidade, é uma necessidade. Como eu disse, a história não se repete. Hoje ela é outra, o Brasil tem 32 milhões de pessoas passando fome. Podem dizer que somos vagabundos, mas a verdade é que, nos assentamentos que fizemos o pessoal come, bebe e vive decente. Ou seja, resolveu-se o problema do emprego, da fome, da marginalização, da violência e dos assassinatos de crianças. Estamos gerando empregos. A classe dominante e, principalmente, a classe média não agüenta mais ver os seus filhos seqüestrados, tendo o tênis roubado. Eles estão até criando as Alphavilles, os grandes condomínios fechados, exatamente com medo disso tudo. É uma sociedade que está refém de tudo que ela mesma criou. Então, a Reforma Agrária é uma questão de tempo.

Adusp - É por isso que alguns setores não tão progressistas apoiam a Reforma Agrária?

Rainha - Exatamente, a sociedade apóia a Reforma Agrária. A divergência que ela tem com o MST é na forma. A ocupação da terra é o que diverge. A ocupação é que intimida. Ocorre que é obrigação do Estado fazer a reforma, isso está na Constituição. Mas o Estado está a serviço de uma minoria e não tem interesse em resolver esta questão. Então, nós partimos para a ocupação, uma coisa que a sociedade ainda não assimilou. Agora, no dividir a terra, no gerar empregos e resolver o problema da fome, nós já conseguimos sensibilizar a sociedade. É preciso ter claro que o nosso interesse não é o de aparecer na imprensa. Nosso interesse é o de fazer a Reforma Agrária, aparecendo em cima de um trabalho concreto. Por isso, firmamos um acordo com o governo de São Paulo de não fazermos ocupação. Em contrapartida, o Estado faz os assentamentos programados para 1995. Se ele não cumprir a parte no acordo, nos cabe ocupar as terras novamente.

Adusp - O que esperar do governador Covas e do presidente Fernando Henrique, na questão da Reforma Agrária?

Rainha - Se você olhar a história, espera-se muito. O Covas tem história. Agora, o governador Mário Covas é uma coisa e o governo é outra. A composição é muito ruim. Então, tenho poucas esperanças. O presidente Fernando Henrique também tem história, tem princípios, que eu respeito muito. Acho que ele tem vontade de fazer a Reforma Agrária. Por outro lado, o governo de Fernando Henrique é muito ruim. Quem dita regras não é ele nem o PSDB. Infelizmente é o Antônio Carlos Magalhães. O governo federal não vai cumprir a meta dos 40 mil assentados a

cada ano porque, no Congresso, não vai conseguir respaldo. Então, pouco se tem a esperar.

Adusp - Mas eles possuem o poder de governo. E nesse caso o comprometimento histórico, tanto do Covas como do FHC, não deveria ser traduzido em ações práticas?

Rainha - É por isso que eu digo que é preciso reformular o Estado. O Estado é uma correlação de forças para a classe dominante. Senão, vejamos: o Judiciário é da classe dominante;



o Estado como poder ideológico é da classe dominante; o exército e as polícias (civil e militar) são da classe dominante. Tem de haver uma reforma no Judiciário. Tem que acabar com as polícias militar e civil e criar uma polícia descente. Existem mudanças que se fazem no processo democrático e que o governo tem de implementar. A questão é que os políticos no Brasil, em sua maioria, são corruptos e se elegem com dinheiro do próprio Estado, contra tudo que existe de sério e de ético.

Adusp - Você diz que o Judiciário e as polícias civil e militar estão a serviço das classes dominantes. Baseado nisso, é possível afirmar que estão tentando criminalizar o Movimento Sem-Terra?

Rainha - Mais do que criminalizar, eles vão tentar, agora, assassinar mesmo. Eles vão fazer pior do que fizeram em 64. Eles vão botar lideranças na cadeia. O que o delegado de Sandovalina faz contra as lideranças do MST no Pontal é a maior vergonha. Não existe isso no Código Civil, no Código Penal. Trata-se de uma ofensiva contra o MST.

Adusp - O Judiciário está à disposição das elites?

Rainha - Sim, está mandado e comprado por uma questão ideológica para defender o poder. O Judiciário é o que temos de mais reacionário nesse país, infelizmente. Se não houver mudanças nessa área, vamos avançar pouco na Reforma Agrária.

Adusp - Que mudanças poderiam ser feitas no Judiciário?

Rainha - A sociedade tem de ter um controle que hoje não existe. O juiz tem um poder autônomo. Ele pode tomar uma decisão arbitrariamente, sem ouvir as partes. Basta um delegado achar que você é bandido para que, no outro dia, o juiz decreta sua prisão preventiva. Não se consegue diferenciar a situação social da questão criminal. Isso tem que ser diferenciado. O judiciário trata de uma mesma forma os problemas gerados por uma greve, uma ocupação de terra e o abandono das crianças de rua. Nessas situações todos são tratados como marginais. Esse Código Civil tem de ser rasgado.

Adusp - No ano de 95, o MST foi acusado de abrigar guerrilheiros do Sendero Luminoso e de receber treinamento em Cuba.

Além disso, são atribuídos assassinatos a líderes do movimento. O que o governo pretende com isso?

Rainha - Penso que ele quer criar pânico e criar divergência na sociedade. Esse é o único objetivo. E isso tudo para não fazer a Reforma Agrária. Mas o tiro saiu pela culatra porque contra essa realidade toda não adianta o governo fazer discursos. Como é que ele vai tapar os olhos; são mais de 32 milhões de pessoas passando fome. Não adianta o governo vender uma imagem de modernidade lá fora e gastar R\$ 4 bilhões do Estado para fundir bancos. Como é possível falar em moderno se tem gente passando fome; como falar em país desenvolvido se milhares de crianças vivem pelas ruas. Ora, que modernidade é essa!

Adusp - Diolinda, você enfrentou, recentemente, as arbitrariedades a que o Rainha se referiu. Como é que você analisa esta questão?

Diolinda - Vejo como uma questão política. A minha prisão não foi simplesmente porque eu estava envolvida num processo na Justiça. Essa é a justificativa deles. A prisão se deu porque estou envolvida num movimento de organização dos trabalhadores para a conquista da Reforma Agrária. A prisão se deu exatamente pelo fato de o Poder Judiciário estar à disposição dos fazendeiros.

Adusp - Como você se sentiu ao ser separada do filho, algemada e acusada de formação de quadrilha?

Diolinda - Eu tinha muito claro que, como não devia nada, deveria enfrentar a situação com tranquilidade. Evidente que encarava a prisão como ela deve ser encarada, mas ao mesmo tempo tinha a consciência limpa e a certeza de que a mentira tem as pernas curtas, como teve. Naquele momento, quem deu a resposta não foi somente o MST, mas sim a sociedade. Entendo que eles

Vejo a minha prisão como uma questão política (...) Naquele momento, quem deu a resposta não foi somente o MST, mas sim a sociedade. Entendo que eles não prenderam a Diolinda, mas sim a luta. Eles prenderam a Reforma Agrária.



não prenderam a Diolinda, mas sim a luta. Eles prenderam a Reforma Agrária.

Adusp - Alguns atribuem a repercussão de sua prisão à arbitrariedade, outros ao fato de você ser mulher, e outros, ainda, ao emocional da separação de seu filho. Você acredita que se fosse com o Rainha a repercussão seria a mesma?

Diolinda - Acho que repercutiria sim. O que está em jogo não é a pessoa, é a luta pela Reforma Agrária. Agora, sem dúvida, a separação de mãe e filho marca dentro da sociedade.

Adusp - Rainha, nesse mesmo período você esteve foragido, porque sua prisão preventiva também fora decretada. Como é que foi comandar o movimento da clandestinidade?

Rainha - Minha grande preocupação era não conseguir manter contato com as principais lideranças do movimento. Nesse sentido, foi um exercício importante. Uma coisa é você estar livre; a outra é você exercer a capacidade de coordenar, de liderar internamente, sem a mesma liberdade anterior.

Adusp - Isso demonstra que o movimento tem organização.

Rainha - Acho que o movi-

mento tem muitas dificuldades. Temos uma organização suficiente para tentar lutar e conquistar a terra, para fazer a Reforma Agrária não. Para fazermos a reforma precisamos criar um movimento mais organizado, com comitês em todas as cidades. É preciso que nas grandes cidades os setores organizados criem Comitês de Defesa da Reforma Agrária e, depois, é necessário que esses comitês se espalhem por outras regiões. Acredito que teríamos, dessa forma, uma organização mais eficiente para fazermos a luta pela terra. A nossa principal defesa é o povo organizado.

Adusp - O MST tem uma estratégia para a criação desses comitês?

Rainha - No primeiro semestre de 96 pretendemos implantar esses comitês na principais cidades do interior para, no segundo semestre, atuarmos nas capitais. Esse é um processo que tem de envolver os metalúrgicos, os bancários, os professores, os estudantes, etc. Se a sociedade participar, cria-se um movimento irreversível de Reforma Agrária no Brasil. Aí o Estado não terá saída.

Adusp - Você falou em dificuldades do movimento, é possível que haja desmobilização?

Rainha - De forma nenhu-



ma. Para desmontar o movimento hoje, eles têm de dar o golpe de Estado. E mesmo assim não conseguirão. Vão ter muitas dificuldades.

Adusp - Vocês fizeram, em São Paulo, um acordo com o governo Covas de não fazer ocupações até o final de 1995. Isso não significa recuo ou desmobilização?

Rainha - Isso faz parte da nossa estratégia de avançar e recuar. É a lógica da guerra. Naquele momento eu estava na clandestinidade e outras lideranças estavam na cadeia. O momento exigia um passo atrás. Agora, o Covas que se cuide e trate de cumprir a parte dele no acordo, porque em fevereiro, você conhece os acampamentos, temos condições de mobilizar três mil famílias. Se ele não fizer a parte dele, vamos ocupar as terras e a luta vai se acirrar. Agora, queremos que a luta se acirre, se chegar a tal ponto, mas com a participação do po-

vo. Se jogarmos três mil famílias nas terras do Pontal, está dado o passo irreversível e não terá ação de despejo que vá conseguir retirar esse pessoal.

Adusp - Presidente Prudente foi palco de uma manifestação promovida pelos fazendeiros, batizada de “Defesa da Paz pelo Campo, a Ordem e o Progresso”, o que significa que o latifúndio também está se organizando.

Rainha - Eles querem a paz e o progresso colocados na cabeça do boi, no cano das carabinas, na violência no campo, no domínio da propriedade, no cerco das lideranças e nas prisões. Essa é a paz desse pessoal. Paz e progresso no vocabulário dos latifundiários quer dizer tudo isso. É o domínio, a exploração e a miséria.

Adusp - E a paz e o progresso no entendimento do MST?

Rainha - Justiça social, divisão da terra, divisão do pão na mesa de cada pessoa, respeito aos direitos de cidadão e respeito aos direitos humanos.

Adusp - Em 96 teremos eleições e os partidos, indistintamente, irão, novamente, apoiar a Reforma Agrária durante a campanha. Depois, a maioria dos eleitos afasta-se do problema. O que é preciso fazer para alterar essa realidade.

Rainha - É preciso entender que os partidos de direita estão na deles, já que o Brasil tem 90 milhões de pobres. Eles tem de ter propostas para os pobres, propostas enganadoras. Agora, compete à esquerda fazer um trabalho conscientizador, de base, junto à população. Se qual-

quer partido de esquerda não agir desta forma, será entendido como outro qualquer. As esquerdas no Brasil cometem um grande erro, um equívoco, ao abandonar o trabalho de base. As esquerdas elegem deputados e esses deputados se esquecem das bases. E o que é pior, suas assessorias nos estados estão voltadas ao debate no parlamento. No campo deles nós perdemos todas. No dia que ganharmos, significa que a classe dominante é muito burra ou está esfacelada. Mas isso nunca aconteceu na prática. E não significa que eu seja contra o parlamento. Sou a favor, o espaço é muito importante. Mas, o deputado deve fazer do mandato um instrumento de luta dos trabalhadores. E isso poucos fazem.

Adusp - Essa crítica é extensiva ao movimento sindical?

Rainha - O movimento sindical também esqueceu-se desse trabalho de base. O erro está aí. Não existe uma crise maior do que essa que estamos vivendo em toda a história do Brasil e os sindicatos não conseguem reagir. A direita fez mudanças no exato momento que os movimentos sociais, e aí se incluem os sindicatos, estão numa grande morosidade e em crise interna. Infelizmente, o único debate que se tem colocado em nível nacional é o da Reforma Agrária. Se o MST tivesse caído no mesmo erro que caiu o movimento sindical, aí sim estaríamos perdidos. E essa desarticulação não ocorre apenas no Brasil. Você pode pegar o Chile, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai e vai ver que não existem movimentos sociais com grande expressão. E olha que todos passaram pela ditadura militar. Por isso, insisto em dizer que o problema fundamental dos movimentos sociais de esquerda está colocado na organização do povo. Isso é uma questão fundamental.

LDB, UMA QUESTÃO EMBLEMÁTICA NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Romualdo Portela de Oliveira



A tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN) tem se constituído no principal palco de disputas em torno da definição, no âmbito do Poder Legislativo, dos rumos da educação brasileira. Explicitar os riscos que a escola pública de qualidade para todos corre nesse processo é o objetivo deste pequeno artigo.

A LDB é uma lei complementar que regulamenta a Constituição Federal na área de educação. Após a promulgação da Constituição Federal em outubro de 1989, iniciou-se o processo de sua discussão. A Câmara dos Deputados utilizou, para sua elaboração, o mesmo processo da Constituinte, recorrendo à convocação de representantes das diferentes entidades da sociedade civil, ligadas à área da educação, para, em audiências públicas, apresentar suas posições e reivindicações. Participaram destas audiências, nos mesmos moldes da Constituinte, muitas entidades da sociedade civil, entre as quais a própria representação do Fórum em Defesa da Escola Pública. Este processo, bastante democrático para a tradição brasileira, conformou um projeto de lei que procurava sintetizar o acúmulo de discussão sobre educação na sociedade brasileira contemporânea. O principal organismo a intervir nesse processo foi o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que reúne mais de 15 entidades nacionais, desde entidades sindicais e científicas da área educacional até Centrais Sindicais. Seu ponto de aglutinação é a defesa de uma escola pública de qualidade para todos.

Após longo processo de discussão, o projeto de LDB foi aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal para a respectiva discussão em meados de 1993.

Ao mesmo tempo em que o projeto de LDB tramitava na Câmara dos Deputados, o Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), juntamente com os Senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Maurício Corrêa (PDT-DF), apresentou um projeto no Senado que desconsiderava o processo da Câmara. Além disso, o projeto Darcy, como se tornou conhecido, apresentava diversos pontos que contrariavam o acúmulo do debate no âmbito da sociedade civil.

O projeto aprovado na Câmara foi encaminhado ao Senado, tendo ganho a preferência para votação em relação ao projeto Darcy. No Senado, o projeto da Câmara adquiriu o número 45/93 tendo sido encaminhado para apreciação na Comissão de Educação e Cultura. O relator designado para apreciá-lo foi o Senador Cid Saboia (PMDB-CE). O substitutivo Cid Saboia absorvia os principais aspectos do projeto da Câmara, contando com o apoio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, tendo recebido o número 101/93.

Ao apagar das luzes da legislatura passada, em 1993, ao se discutir um projeto do deputado Flo-

restan Fernandes aprovado na Câmara dos Deputados, sobre bolsas de estudo para o ensino superior, o Senador Darcy Ribeiro reapresentou seu projeto de LDB, como emenda. Com a mudança de legislatura e de governo, o projeto Darcy passou a ser claramente apoiado pelo Ministério da Educação, tendo inclusive o Ministro Paulo Renato declarado em diversas ocasiões que tal projeto contava com tal apoio.

Assim, os dois projetos passaram a tramitar paralelamente. Em agosto deste ano, uma das versões do projeto Darcy foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura do Senado, ganhando, assim, o direito à primazia de apresentação em Plenário. Apesar dos protestos dos setores articulados em torno do Fórum em Defesa da Escola Pública, tal projeto, que desconsidera o amplo processo de consultas à sociedade civil organizada, é o que está sendo apreciado pelo Senado. A tática adotada pelos Senadores que se alinham com as posições do Fórum em Defesa da Escola Pública, com posição contrária apenas da Andes, que optou por não apresentar emendas para não legitimar o processo, foi a de apresentar o maior número possível de emendas para atrasar o processo. Desta maneira, o projeto não foi votado ainda este ano, devendo sê-lo apenas no próximo ano.

Após a eventual aprovação de um projeto no Senado, este será encaminhado para a Câmara, que poderá apenas suprimir partes ou retomar seu projeto original, mas não alterá-lo substancialmente. Quando finalmente for aprovado na Câmara, o projeto irá à sanção presidencial, que poderá vetar partes que para serem derrubadas pela Câmara terão de obter maioria qualificada.

Apenas depois de todo este processo, que não se imagina terminará em breve, é que teremos uma nova LDB. A demora na tramitação de projetos de LDB entre nós, a julgar pelo que tivemos anteriormente, o da Lei nº 4.024/61, ainda teremos muito chão pela frente. O Projeto que originou a Lei nº 4.024 foi originalmente encaminhado para apreciação do Poder Legislativo em 1948, tendo sido aprovado apenas em 1961, treze anos depois.

Como mecanismo de burlar este processo, a opção que o Poder Executivo tem adotado é a de “pinçar” alguns temas da LDB e procurar implementá-los, segundo seus interesses, através de medidas provisórias. A mais notória destas medidas foi a que extinguiu o antigo Conselho Federal de Educação e instituiu o Conselho Nacional de Educação, com uma composição original muito próxima da composição prevista pelo projeto de LDB da Câmara. Esta medida provisória vem sendo sucessivamente reeditada com alterações, de tal modo que a composição atual, prevista na última versão da MP, já é bastante diferente da original.

O Ministério da Educação tem anunciado que a

partir de agora irá implementar, de fato, a organização do CNE. Assim, acaba se institucionalizando a prática de o Executivo legislar antecipadamente em relação ao Legislativo, induzindo temas e procedimentos, o que não configura um procedimento inédito na nossa prática política.

O período de escolarização gratuita e obrigatória

Dados os limites desse texto, vou comentar aquela que considero a principal diferença entre os dois projetos, e que tem se tornado um dos principais pontos de polêmica na educação brasileira atual, por se constituir em uma questão de alto sentido emblemático, a que se refere à forma de organização do ensino fundamental.

Desde a LDB de 1971, o período de escolarização gratuita e obrigatória no Brasil foi estendido de 4 para 8 anos. A Constituição de 1988 formulou esta declaração de direito, no artigo 208, nos seguintes termos:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”

O que tem gerado polêmica desde a apresentação da primeira versão do projeto Darcy Ribeiro é que ao se mencionar a obrigatoriedade e gratuidade para “o ensino fundamental”, não se mencionou a duração deste ensino fundamental. O projeto Darcy defendia a redução do período de escolarização obrigatória de oito para cinco anos.

Tal proposta, ao afirmar que é aproximadamente este o período de escolarização realmente cursado pela população brasileira, se rende a esta situação, e defende a tese de que é este o período de escolarização gratuito e obrigatório que deveria ser consignado na legislação. Apesar de todo o apelo de “realidade” de que se reveste, tem um claro sentido de exclusão social, bastante compatível com o ideário neoliberal de redução da presença do Estado na vida social e econômica.

É evidente a diferença existente entre uma proposta de legislação que amplie o período de escolari-

zação, e que apesar de não ser cumprida em termos práticos, permanece como responsabilidade do Estado, e cuja efetivação pode ser exigida judicialmente, como relato em trabalho recente (1995), e uma outra situação em que o Poder Público se “conforma” com uma situação perversa de exclusão social.

Ante a reação de educadores e estudantes, as sucessivas versões do projeto Darcy foram amenizando esta posição. Num primeiro momento aceitando a tese da manutenção da escolarização gratuita e obrigatória em oito anos, mas com a emissão de um diploma ao final do quinto ano e, posteriormente, com a aceitação da possibilidade de divisão do ensino gratuito e obrigatório em dois ciclos, como consta deste último projeto.

É sintomático que a idéia de se aceitar a divisão do ensino fundamental em dois ciclos seja aceita, em nível legal, ao mesmo tempo em que a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo está implementando, de cima para baixo e utilizando um método extremamente autoritário, incompatível com a vigência de uma democracia, um projeto de segmentação da escola fundamental paulista, a mais significativa em termos nacionais.

O que se busca aqui, para além do mérito da questão em si, é atingir a idéia de que a legislação possa ser um espaço garantidor de direitos, pelo menos em termos potenciais. Pela primeira vez em nossa história educacional teríamos um projeto reduzindo direitos. Suas implicações do ponto de vista do imaginário político são significativas.

Romualdo Portela de Oliveira é Professor da Faculdade de Educação e autor, juntamente com Afrânio M. Catani, do livro “Constituições Estaduais Brasileiras e Educação”.

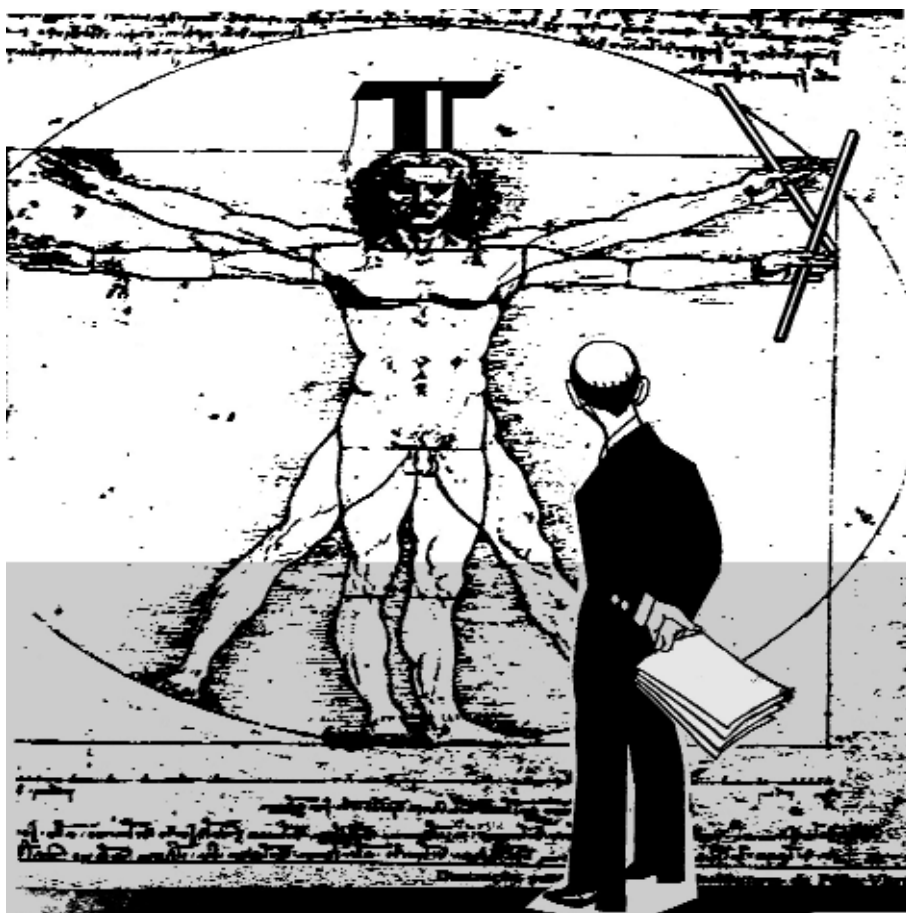
Bibliografia:

- BRITO, Vera Lúcia Alves. (1991). *Propostas para a LDB: a questão da escola pública/privada*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado - FAE-UFMG.
- MINTO, Cesar Augusto & MURANAKA, Maria Aparecida Segatto. (1995). *Educação: à margem das prerrogativas legais*. In: Oliveira, Romualdo Portela de. *Política Educacional: impasses e alternativas*. São Paulo, Cortez.

O que tem gerado polêmica desde a apresentação da primeira versão do projeto Darcy Ribeiro é que ao se mencionar a obrigatoriedade e gratuidade para “o ensino fundamental”, não se mencionou a duração deste ensino fundamental. O projeto Darcy defendia a redução do período de escolarização obrigatória de oito para cinco anos.

É PRECISO MUDAR O ESTATUTO DA USP

*Professor-associado do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, **Benedito Honório Machado** tem participado, nos últimos dois anos, do debate sobre a necessidade de reformas no Estatuto da Universidade de São Paulo. Para ele, a estrutura da universidade é arcaica. “É visível a falta de um projeto universitário que norteie os destinos da USP, dentro da perspectiva de uma universidade pública”. Entre outros problemas que o atual Estatuto apresenta **Benedito Honório Machado** analisa dois dos mais relevantes: a carreira docente e a estrutura de poder na USP.*



Um dos problemas mais frequentes da vida universitária nos últimos anos, particularmente na USP, tem sido a questão salarial. Dentro do movimento de reivindicação salarial as greves têm servido como importantes momentos de reflexão, não apenas sobre o valor financeiro da nossa atividade acadêmica, mas também so-

bre a estrutura arcaica da nossa universidade. É visível para a maioria dos colegas docentes a completa ausência de um projeto universitário que norteie os destinos da USP dentro da perspectiva de uma universidade pública, com abrangências e responsabilidades que transcendam os limites dos nossos campi.

As sucessivas administrações da USP parecem se satisfazer em manter a burocracia e implementar

um ou outro pequeno projeto para atender, na maioria das vezes, interesses clientelistas típicos da tradição político-partidária do país. O conjunto dos professores da USP, representado pela Adusp, não consegue em função da conjuntura adversa travar uma discussão aprofundada que vá muito além dos valores numéricos do hollerith do próximo mês. As adversidades impostas à categoria docente, como discutiremos à frente, pulverizaram o caráter coletivo e solidário que a vida universitária requer e, associadas à inércia burocrática das administrações da universidade, permitiram que hoje nos encontremos numa situação em que cada um dos docentes é estimulado a resolver individualmente questões que seriam necessariamente institucionais, principalmente se considerarmos os objetivos intrínsecos de uma universidade pública.

Dentro da lógica que permeia a vida universitária neste momento alguém ainda poderia dizer que, apesar de todas as adversidades, pelo menos a questão salarial ainda temos em comum. Obviamente todos sabem que atualmente sequer partilhemos as mazelas salariais, pois entre as “adversidades” impostas à categoria docente uma das mais importantes refere-se à sua fragmentação, já que através de mecanismos legais permitiu-se a ruptura do pilar principal de uma universidade pública, que é o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP). Com a edição da Portaria nº 3.533, a burla do tempo integral que ocorria de forma ilegal até 1988 passou a partir de então a ser institucionalizada através de assessorias de até oito horas semanais, o que se traduziu em substanciais aumentos nas remunerações de docentes nas instituições que tinham ou têm algum balcão de venda de produtos ou serviços. A partir da opção e da alternativa de soluções financeiras pessoais, é natural que os indivíduos concebem o seu próprio projeto de universidade e como tal é previsível que nestas circunstâncias um projeto amplo e coletivo não seja mais bem visto por aqueles que, em função da flexibilização do RDIDP, começaram a aumentar substancialmente as suas remunerações. As administrações da USP deram ênfase à flexibilização, pois a mesma, além de diminuir as

pressões salariais está em perfeita sintonia com o projeto neoliberal em implantação no país, para o qual cada indivíduo deve buscar o mercado de acordo com a sua “competência”.

Dentro deste quadro ficam claras as dificuldades que temos para trazer para o conjunto da universidade uma discussão tão “árida” quanto a reforma do atual estatuto da USP, uma vez que no momento ele é permissivo e atende aos interesses da administração e permite que aqueles segmentos da universidade neoliberalizados se expressem dentro de um projeto de universidade pública cuja principal característica é não ter compromissos sociais claros e, sim, permitir o uso de “espaços públicos” para a realização de projetos que visam apenas a aumentar a remuneração dos seus integrantes. Privatizar o espaço público dentro da USP já não causa mais estranheza. As fundações de direito privado que se proliferam na maioria das unidades da USP expressam de forma cristalina esta tendência. A própria universidade e seus diferentes segmentos organizados perderam a capacidade de reação e hoje qualquer proposta de reverter este rolo compressor parece um desafio muito além da nossa capacidade de organização.

Durante a greve dos docentes em 1994, importantes discussões foram travadas nas assembléias realizadas no Campus da USP de Ribeirão Preto. Em várias assembléias diferentes docentes manifestaram que o movimento reivindicatório conduzido pela Adusp era equivocado, pois argumentavam que a realidade da maioria das unidades profissionalizantes da USP, em função da Portaria nº 3.533, era diferente das greves anteriores e que naquele momento o salário pago pela USP para uma parcela expressiva dos seus docentes não ultrapassava 40% dos seus rendimentos mensais. Em função disso, estes indivíduos não poderiam aderir à greve, pois os seus problemas de remuneração já estavam “resolvidos”. Em função destas discussões, um grupo de docentes coordenados pela Adusp de Ribeirão Preto passou a estudar o atual estatuto da USP com o objetivo de iniciar as discussões sobre seu processo de reforma. A partir de então este grupo de trabalho não apenas estudou, mas também orga-

Com a edição da Portaria nº 3.533, a burla do tempo integral que ocorria de forma ilegal até 1988, passou a partir de então a ser institucionalizada através de assessorias de até oito horas semanais, o que se traduziu em substanciais aumentos nas remunerações de docentes nas instituições que tinham ou têm algum balcão de venda de produtos ou serviços.

nizou o Simpósio Estatuto da USP: É Hora de Mudar?, cujo caderno estará sendo publicado brevemente pela Adusp, com o objetivo de amplificar esta discussão a todos os campi da USP.

A análise detalhada do atual estatuto da USP por aquele grupo de trabalho mostrou distorções na estrutura de poder da universidade que atendem perfeitamente aos interesses dos grupos detentores do poder central da universidade. Como alguém lembrou: aquele era o estatuto possível para o ano de 1988, dadas as circunstâncias da política interna da USP naquela época. A pergunta, no entanto, que permanece para ser respondida é se este estatuto continua sendo nos dias de hoje, o máximo possível para a USP.

Carreira docente e estrutura de poder

Entre os diferentes problemas que o atual estatuto da USP apresenta gostaria de discutir os dois que a mim parecem ser os mais relevantes e que são interdependentes: a carreira docente e a estrutura de poder na USP. O atual estatuto estabelece que apenas 10% do quadro são ou serão competentes o suficiente para se tornarem professores titulares. Ainda que o perfil acadêmico do professor titular não esteja definido em qualquer artigo do estatuto ou mesmo dos regimentos das unidades, estabelece-se por critérios que certamente não são acadêmicos, que poucos podem atingir o topo da carreira. A ausência do perfil acadêmico do professor titular permite que as conveniências políticas dentro de cada unidade defina momento a momento o perfil adequado para o próximo titular. Isto implica que na maioria dos concursos o candidato ao cargo de professor titular é o único inscrito, indicando que algo de errado existe neste sistema estranho de promoção acadêmica. Por outro lado, a ausência de um perfil acadêmico definido para as diferentes áreas do conhecimento dentro das universidades permite que diferenças gritantes existam entre a estatura acadêmica de titulares de diferentes Departamentos e Unidades da USP. Portanto, os critérios políticos de conveniência para a manutenção do atual status de poder na USP, são em muitos casos um fator determinante

da ascensão ao topo da carreira. Obviamente estes aspectos do atual estatuto são negados pela administração e pela grande maioria dos professores titulares, mas certamente não são ignorados pela maioria da comunidade docente.

Estas distorções no processo de ascensão na carreira visam a vários objetivos, os quais em essência têm muito pouco de acadêmico. Ter acesso ao segmento de aproximadamente 600 docentes titulares

da USP significa, na maioria dos casos, acesso ao poder político desta instituição mais do que efetiva liderança acadêmica nas diferentes áreas do conhecimento. Os diretores de unidades, os chefes de departamentos, os representantes das congregações, e conseqüentemente o Conselho Universitário, são constituídos na sua grande maioria por um pequeno grupo de professores titulares que se mantém na órbita do poder indefinidamente, gerando um grande ciclo vicioso, que da ótica do atual estatuto não tem saída. E dentro da sua lógica não é para ter saídas mesmo. O estatuto de 1988 ainda que tenha aumentado a representação das categorias docentes nas congregações, transferiu o núcleo decisório para os restritos CTA's nos quais os chefes de Departamentos

decidem temas relevantes como o orçamento, enquanto as congregações se tornaram "cartórios" de homologação de bancas e concursos. Diante disso, fica fácil entender o esvaziamento das congregações, com muitas delas tendo freqüentemente dificuldades para atingir e manter o quorum.

Romper com a atual estrutura da carreira docente onde apenas o vértice da pirâmide tem poder de fato, implica rever o modelo de universidade que queremos e para quem a queremos. Portanto, a carreira aberta na qual os professores possam ser promovidos a titulares em função da sua vida acadêmica, através de concursos públicos, poderá não apenas estimular mais docentes a se manterem na vida universitária como certamente representará uma alteração substancial na estrutura de poder da universidade, com reflexos positivos no conjunto de todas as atividades universitárias. A carreira aberta certamente irá rejuvenescer o pensamento predominante hoje nos restritos círculos de poder da USP. Poderia



também elevar de forma expressiva o número de titulares exclusivamente promovidos por méritos acadêmicos, os quais naturalmente seriam menos comprometidos com os aspectos políticos menores que hoje predominam. A universidade dessa forma estaria muito mais oxigenada e certamente estaria melhor preparada para enfrentar desafios internos e externos, que atualmente sequer são mencionados. Ainda com relação às distorções da atual carreira docente é importante notar que uma parcela daqueles que se tornam professores titulares atualmente não o faz com intenções de ocupar cargos ou exercer o poder, mas simplesmente com o objetivo de se aposentar tão logo quanto possível com uma condição salarial melhor. Nas duas situações não tem sido a motivação acadêmica a propulsora das carreiras e certamente estas distorções precisam ser revistas com urgência.

Apesar destes fatos, é inegável que os integrantes da estrutura de poder da USP, baseada na atual carreira docente, não cogitam qualquer mudança nas regras, pois o sistema tem atingido plenamente os seus objetivos. Por outro lado, a organização dos docentes neste momento não tem fôlego para uma empreitada maior, que force uma revisão profunda do estatuto e, sendo assim, contemplamos um sistema universitário perverso que não é capaz de, a partir das bases, influenciar decisões que neste momento se restringem ao seletivo grupo de membros do Conselho Universitário que continuarão por muito tempo soberanos.

Um outro aspecto não menos relevante na atual estrutura da USP refere-se ao cargo de Reitor. Antes de mais nada é fundamental neste momento que a comunidade da USP responda em alto e bom som a quem o Reitor deve servir. É lamentável que os diferentes ocupantes da Reitoria tenham feito a opção preferencial pelo ocupante do Palácio dos Bandeirantes, seja ele quem for. A propalada autonomia universitária nestas circunstâncias tem valido de nada, pois os Reitores não foram eleitos de forma universal e os seus compromissos se restringem ao ciclo vicioso dos titulares anteriormente mencionado, e como tal é pouco provável que qualquer Reitor da USP terá autoridade suficiente para que, legitimamente, em nome da comunidade universitária, possa se contrapor aos desejos do Governador do Estado.

A mudança do processo de escolha do Reitor requer discussões que passam necessariamente pela reforma do estatuto. Sempre que a discussão é levantada na época das eleições “os candidatos” se manifestam contra o casuismo e alguns se comprometem a retomar o tema tão logo estiverem empossados na Reitoria. No entanto, mandatos se passam sem que a discussão seja iniciada e assim o ciclo se eterniza. No atual sistema eleitoral para a escolha do Reitor a comunidade assiste perplexa ao desfile

de candidatos com propostas e práticas políticas que fazem inveja aos coronéis da pior tradição política brasileira. Neste “vale-tudo” eleitoral o clientelismo político predomina, de forma que a universidade reproduz no seu meio as práticas políticas mais condenáveis do cenário político nacional. A diferença é que aqui não se assumem tais práticas como sendo políticas, mas meramente “acadêmicas”.

Os candidatos a Reitor, em geral, membros antigos do Conselho Universitário já praticam o poder de alguma forma e perder ou ganhar eleições para Reitor, em essência, não significa muito em termos da estrutura de poder, a não ser as disputas internas entre grupos por este ou aquele pequeno segmento de poder. Compromissos com a comunidade e um projeto maior de universidade são atualmente desnecessários, pois cabe aos seletivos membros do grupo de poder apenas alimentar o próprio ciclo e se possível lustrar as suas vaidades pessoais. Mudar as regras atuais continuará a ser sempre para este grupo, um projeto de profissionais da esquerda que visam sempre a desestabilizar um modelo de universidade “eficiente” como a USP. Ferir os interesses do seletivo grupo significa ferir a honra universitária.

O ocupante do cargo de Reitor não precisa, no meu entendimento, ser necessariamente professor titular e neste caso, diferente de todos os demais cargos, entendo que o Reitor deva ter um cargo mais político do que acadêmico, porque cabe a ele gerenciar conflitos internos e estabelecer políticas que permitam à universidade interagir com os diferentes segmentos da sociedade. Para isto é indispensável a representatividade legítima e isto somente será possível se ele for eleito pelos seus pares. Caso contrário, ele continuará sendo simplesmente um interlocutor confiável do Palácio dos Bandeirantes e a USP, uma instituição servil às eventuais políticas neoliberais de plantão.

Apesar do ceticismo em relação a mudanças substanciais no atual estatuto, acredito que elas serão possíveis se a Adusp e os representantes docentes nos diferentes órgãos colegiados se manifestarem sistematicamente nesta direção. O sucesso do Simpósio – “Estatuto da USP: É Hora de Mudar?” realizado no mês de maio deste ano em Ribeirão Preto é sinal de que uma parcela expressiva da nossa comunidade está sensível ao tema. Para que as condições políticas necessárias para o início do processo de revisão do atual estatuto se concretizem, é necessário que todos aqueles que ainda acreditam num projeto de universidade pública de qualidade se unam para forçar o Conselho Universitário e a Reitoria no sentido de abrir a discussão. Caso não seja possível, continuo acreditando que enquanto universitários temos a obrigação individual de continuar apontando os erros de qualquer sistema, ainda que forças maiores da natureza muitas vezes nos impeçam de transformá-los.

CONTRATOS PRECÁRIOS: POR QUE ISSO TEM DE ACABAR?

Lígia Marcondes Machado



Contratos precários são contratos de trabalho por período de tempo limitado, definido por ocasião da contratação, que caracterizam um dos possíveis vínculos trabalhistas mantidos entre a Universidade de São Paulo e

seus docentes. O período de tempo de manutenção do contrato, tradicionalmente de 3 anos, varia atualmente de 6 meses (em casos extremos, é verdade!) a 3 anos. As obrigações dos professores contratados precariamente são exatamente as mesmas que aquelas dos docentes efetivos: ensino,

pesquisa e orientação, extensão e prestação de serviços. Professores admitidos para contratos precários passam por processo seletivo bastante exigente, constituído de prova didática, prova de conhecimentos e exame do currículo. Um processo em tudo e por tudo idêntico àquele a que se submete

o docente concursado e efetivo, até mesmo publicado no Diário Oficial do Estado...

O contrato por período limitado remonta, na USP, ao tempo do Reitor Gama e Silva, na década de 60. Foi criado através de ato administrativo do reitor, que estendeu aos docentes norma do Estatuto dos Servidores da Universidade (ESU) que, embora excluísse os docentes, permitia a contratação por período de tempo determinado. Claramente, o contrato precário não é coerente com a função exercida pelo docente: ensino e pesquisa não são atividades temporárias, não se prestando, portanto, a contratos com duração pré-definida.

Além de incoerente com a atividade que visa a atender, o contrato precário não tem amparo legal. Legalmente, só há dois regimes de contratação: o dos funcionários públicos, admitidos por concurso público e amparados pela Constituição de 1988, e o dos empregados regidos pela CLT. Portanto, a racional subjacente à manutenção dos contratos precários não é jurídica.

Por que, então, se mantém a contratação de docentes na USP através de contratos precários? Contratos de trabalho são feitos, em geral, entre um empregado e uma instituição. Mas, claro, as relações de trabalho não se passam apenas em plano institucional: elas se dão entre pessoas. Assim, é nestas relações que se concretiza e se mantém o contrato precário.

Os argumentos que se empregam para justificar os contratos precários, embora colocados de várias formas diferentes, são variações em torno de um tema. Costuma-se argumentar, por exemplo, que, para manter o ritmo e o nível de produção, é necessário que o docente seja contratado precariamente.

Sempre me pareceu notável que uma afirmação deste tipo fosse feita pelos próprios efetivos: as pessoas estão dizendo de si

próprias que elas trabalham menos, que elas produzem menos porque não estão submetidas a uma situação de ameaça. Ou seja, pensando no auto-conceito de pessoa que faz a defesa do contrato precário, devemos concluir que os nossos colegas pensam muito mal de si próprios. Sua posição é uma confissão: sem pressão, não posso confiar em minha própria capacidade de trabalho.

Claro que a posição se generaliza. Se pensa isso de si próprio, o professor que defende o contrato precário pensa muito mal da categoria e, provavelmente, tem um conceito de homem e um conceito de trabalho muito pouco apreciativos. Basicamente, na acepção destes colegas, o ser humano não é confiável: se não estiver submetido a uma situação de perda possível, a tendência da pessoa será de relaxar sua dedicação ao trabalho. Por sua vez, também o trabalho cabe no pacote da depreciação: trabalho é alguma coisa que não se faz por prazer, que o trabalhador só cumpre para escapar da espada que pende sobre sua cabeça. É preciso notar que essa posição acaba por ser adotada também pelos próprios docentes precários. Algum mecanismo de cooptação está na base desta adesão: o contratado, algum dia, será efetivo (ou, pelo menos, é o que ele pensa) e, neste dia, passará a estar do lado do controlador.

Com certeza, para quem pensa tão mal do homem e do trabalho, é preciso manter ativo o chicote do feitor: qualquer descuido e os “aproveitadores vão se aproveitar”... Na prática, se houver alguma dúvida, ela se dá em torno de com quem vai ficar o chicote, isto é, sobre quem vai exercer o controle.

Acho que este é um ponto importante, se quisermos entender a manutenção do contrato precário. A existência de professores contratados precariamente permite aos outros o exercício do controle. O docente efetivo pode,

então, manipular as condições de trabalho do colega. Pode determinar o quê e quando o colega precário vai fazer. Pode decidir se é hora do pós-doutorado do outro ou se, pelo contrário, o outro vai ficar e fazer o trabalho braçal do laboratório. Pode decidir se a área de pesquisa a que o docente precário se dedica deixou de ser prioridade e deve ser extinta ou, pelo contrário, se se trata de uma área promissora na qual o departamento deve investir. Ou pode, até mesmo, não fazer nada disso e ser cooperativo e compreensivo. Claro, desde que o precário seja igualmente cooperativo e compreensivo nas votações do Conselho do Departamento, ou na aprovação dos orientandos do feitor...

Exagero? Infelizmente, não. Chegam à Adusp - S. Sind., com frequência muito maior do que desejaríamos, as reclamações de colegas submetidos a situações constrangedoras, avaliados por atributos não-acadêmicos e obrigados a assumir posições de submissão na política interna do departamento.

Tanto é assim que, para cada possibilidade que enumerei acima, é possível encontrar um exemplo concreto e recente. Raramente, porém, os docentes que enfrentam situações como estas estão em condições de reagir. A própria reação poderia ser mal vista e poderia resultar em perda definitiva da possibilidade de compor soluções que permitam a continuidade do contrato.

O que resulta dessa situação?

A primeira consequência é a concentração de poder nas mãos de algumas poucas pessoas, concentração esta determinada por critérios alheios ao grupo controlado e à capacidade administrativa e política do controlador. Trata-se de um poder definido apenas burocraticamente. Como já disse, o critério de seleção para contratação tem sido tão rígido no caso dos concursos públicos quan-

to no caso dos chamados processos seletivos, não havendo, de fato, diferença de capacidade acadêmica entre os precários e os efetivos. A pesquisa feita recentemente pela Adusp - S. Sind. mostra, também, que docentes com contratos precários têm titulação e experiência rigorosamente comparáveis a seus colegas efetivos. O poder concedido ao docente efetivo – poder de vida ou morte acadêmica – sobre o colega precário é, portanto, um poder espúrio.

Outra resultante da existência de contratos precários é o clima de medo e tensão e de insegurança que se cria. Deste medo, surge a desinformação, surge a passividade, surge a dedicação integral à esquiva de uma punição iminente. O docente submetido a contrato precário passa a querer, antes de tudo, resolver a própria situação, viabilizar sua permanência na universidade. Tão trágica quanto a do colega que é demitido é a situação de muitos entre os que ficam, que acabam buscando a receita para ficar... Sabemos todos que buscar receitas é absolutamente incompatível com fazer ciência ou com o saudável exercício intelectual da crítica.

A insegurança é igualmente desastrosa. Qual é o incentivo que tem um docente precário para iniciar uma nova linha de pesquisa? Como planejar pesquisas de longo prazo ou de resultado incerto se o pesquisador não pode prever até quando poderá conduzir o trabalho (como se houvesse a pesquisa de “resultado certo”...). Mesmo em termos de ensino, propor novas disciplinas se torna uma temeridade: se a disciplina não se tornar popular, a avaliação do docente pode ficar comprometida e lá se vai sua renovação de contrato. E serviços de extensão? Só aqueles que têm data marcada para terminar e terminarão antes do contrato do docente.

Uma consequência, ainda, da existência dos contratos precários é que ele permite que se



culpe a própria vítima pelos seus desacertos. Assim, se o professor não publica, se a aula é insuficiente, se o seu trabalho não se desenvolve como deveria, a causa buscada está no próprio docente que é chamado de improdutivo ou incompetente. Mais fácil mandá-lo embora, não renovar seu contrato do que entender as condições que determinam este trabalho supostamente inadequado.

Quando poder ilimitado de um lado e insegurança e submissão de outro se somam, o resultado é a arbitrariedade. E é isso que temos visto acontecer, infelizmente, na USP.

É o docente que não é recontratado porque não é visto com simpatia pelos colegas; é o docente que, voltando do pós-doutorado, descobre que sua área de pesquisa foi extinta e seu contrato também; é o docente de cujo processo ninguém se lembra (será que passou mesmo por aqui?...); é o docente cujo contrato não renovado é uma vaga para o amigo do controlador; é, enfim, o domínio do pesadelo.

É verdade que não é assim em todas as unidades da USP. É verdade que há docentes contratados precariamente que não se preocupam com sua situação. Mas, o que assusta é a possibilidade que o contrato precário abre, quer esta possibilidade se concretize sempre, quer não. A mera existência dos contratos precários é a ameaça que precisa ser eliminada.

Qualquer proposta de acabar com os contratos precários deve

ser feita com muita cautela. De um lado, precisamos ter claro que há mecanismos que asseguram a permanente defesa da qualidade do trabalho do docente, sem a necessidade do terrorismo das renovações periódicas. Concursos públicos são sempre seguidos de período probatório em que o docente deve confirmar o desempenho que garantiu sua contratação, antes da efetivação se consumir. Inquéritos administrativos são o instrumento que permite averiguar os casos em que o docente não cumpre adequadamente seu contrato precário. Não há então, necessidade de manter a precariedade, ainda que se adote o (falso) argumento de defesa da qualidade do trabalho.

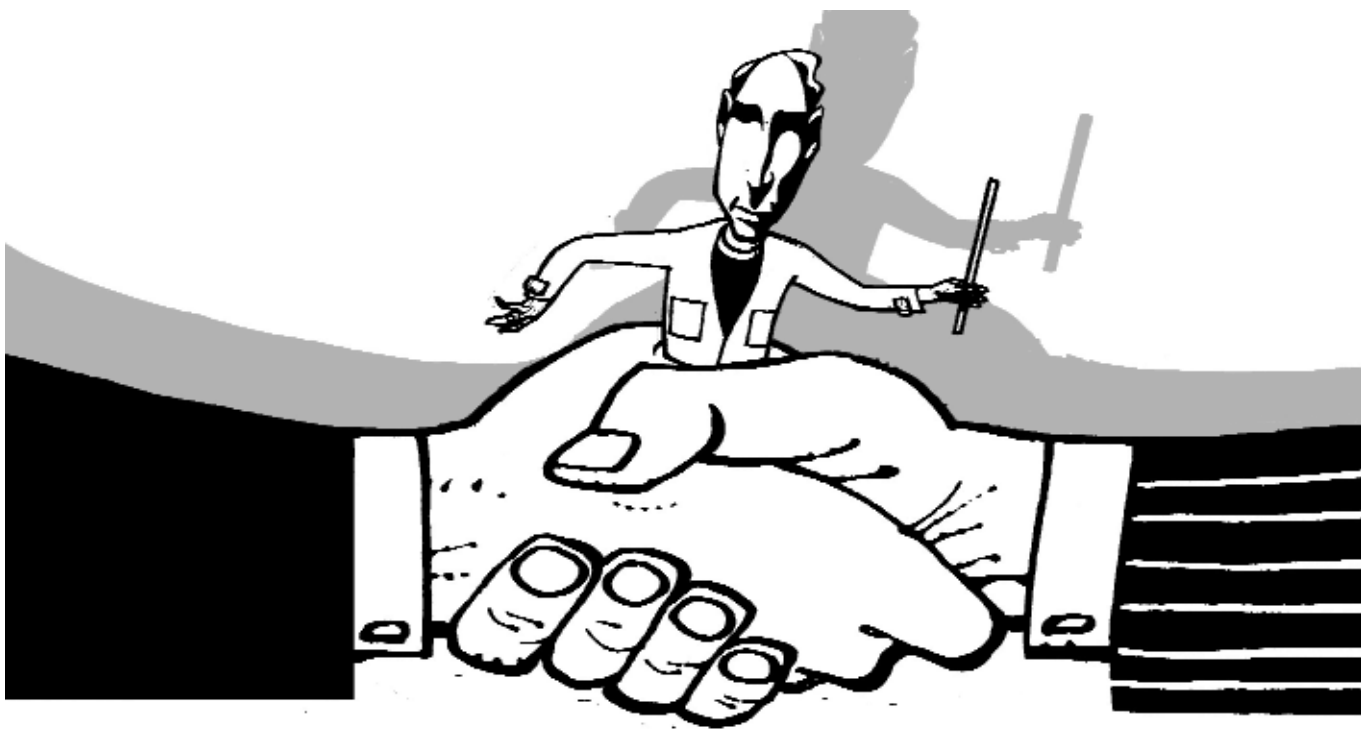
Por outro lado, a natureza humana talvez não seja tão má quanto pintam alguns colegas. Talvez, a emoção da descoberta, a satisfação de compreender o mundo, a alegria de dividir o conhecimento e ver o outro crescer possam ser motivação suficiente para o trabalho acadêmico. Carl Sagan disse que os homens estão no mundo para ser “os olhos e os ouvidos do Cosmos”. Ver e ouvir deveriam ser os motivos do cientista e do intelectual. Certamente, não se vê e não se ouve melhor sob ameaça...

Como disse um autor da minha área de pesquisa, “o pagamento de salários é um avanço óbvio em relação à escravidão; mas, o uso de um salário padronizado como algo que pode ser interrompido a menos que os empregados trabalhem de uma dada maneira não significa um progresso tão grande” (Skimer, 1953, *Science and human behavior*. New York: Macmillan, p. 388). É isto que queremos? Vamos assumir o papel de feitores? Vamos deixar que alguém mais assuma, compactuando com a escravidão de nossos próprios colegas?

Lígia Marcondes Machado é professora do Instituto de Psicologia da USP e ex-diretora da Adusp.

OS SINOS DOBRAM PELA ESCOLA PÚBLICA

AS PROPOSTAS DE COVAS PARA O 1º E 2º GRAUS



*O governador Mário Covas assumiu o Estado de São Paulo falando em implantar três revoluções no ensino de 1º e 2º graus: a revolução moral das práticas de governo, a revolução administrativa e a revolução da qualidade e produtividade dos serviços públicos. Ao analisar a educação no governo paulista do PSDB, o professor efetivo de História da Rede Estadual de Ensino em Ribeirão Preto, **Gilberto Pereira de Souza**, afirma que a gestão Covas pretende introduzir nas escolas públicas um modelo de gestão de pessoal e recursos moldado nas empresa nacionais e internacionais. Trata-se, na verdade, de aplicar o método de controle do trabalho fabril à educação.*

Recentemente a Secretaria da Educação, através de seu Boletim Informativo “Fazendo Escola”, divulgou as propostas, ou mais propriamente, as três revoluções que o governo Mário Covas considera como diretrizes para a Educação: a Revolução Administrativa, referente ao pessoal; a Revolução na Produtividade dos Recursos Públicos, visando a obter melhores resultados com menores custos, e a Revolução Ética e Moral.

Este artigo vai se ater às duas primeiras revoluções; uma vez que ambas já estão sendo colocadas em prática e sintetizam claramente as propostas do atual governo para a Educação.

Pretende-se introduzir nas escolas públicas de 1º e 2º graus um modelo de gestão de pessoal e recursos aos moldes do que vem sendo aplicado nas grandes empresas nacionais e internacionais, a qualidade total, é o método de controle de trabalho fabril aplicado à escola. Produzindo-se mais em menos tempo, reduzindo-se custos, eliminando desperdícios, barateando produtos e, logicamente, reduzindo mão-de-obra. Causando, em parceria com as inovações tecnológicas, um aumento espantoso do desemprego em todo o mundo; aumentando sobremaneira o desemprego estrutural (eliminação de postos de trabalho devido ao avanço da técnica e aumento da produtividade); fazendo com que a Organização das Nações Unidas (ONU) se preocupe com o chamado “Jobless Grow”, crescimento econômico sem emprego, economias que crescem com níveis de emprego que decrescem.

O governo estadual pretende aplicar na escola pública os mesmos processos. Ancorado numa maciça e sistemática campanha e alegando que o Estado brasileiro, incluindo o de São Paulo, está falido, esgotou sua capacidade de investimento, gastando muito mal os poucos recursos de que dispõe.

Que o Estado gasta pouco com a área social, é verdade; que gasta mal também o é. O que não é verdade é que não tenha mais condições de obter recursos próprios para investir nesta área.

As três esferas do poder público (Estados, Municípios e Governo Federal) investem, juntos, aproximadamente 3,7% do PIB em Educação, recursos que além de insuficientes são mal aplicados. Mas, o que muitos esquecem é que a evasão fiscal no Brasil beira a 50% dos impostos devidos; produto da sonegação pura e simples e de uma série de isenções fiscais. Sem mencionar o crescente desvio de verbas da área social,

produto da corrupção – especialmente na Previdência, Saúde e Educação – e da ação do próprio governo, especialmente através do fundo social de emergência.

Não é o Estado que faliu por obra do esgotamento de um modelo de desenvolvimento, mas foi levado à falência pelos seus gestores, que o colocam a serviço da acumulação privada de capital. São Paulo, com sua bilionária dívida, seu banco (Banespa) falido e com uma série de contratos lesivos ao erário público assinados pelo governo anterior, é um bom exemplo.

Para justificar suas propostas, o governo estadual alega que, até agora, a escola pública brasileira tem sido de má qualidade e produtora de fracassos. De fato

a situação educacional brasileira é alarmante. Segundo a Unesco, o Brasil tem a pior educação do mundo (1994). O analfabetismo funcional atinge cerca de 1/3 de nossa população; 88% de nossas crianças deveriam concluir a 5ª série, porém, somente 39% o fazem.

Mas, como a memória é política, no tocante à qualidade de ensino, se esquece de uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas, concluída em 1991, que revelou, após a aplicação de testes (Gramática, Redação, Matemática e Ciências) em alunos de escolas públicas e privadas de várias capitais brasileiras, inclusive São Paulo, que o desempenho dos alunos das duas redes foi semelhante.

Segundo a Secretária de Educação Rose Neubauer, o recadastramento de alunos feito em setembro, levará à descoberta de 300 a 500 mil matrículas fantasmas no Estado, correspondendo a 600 escolas ociosas. Além disso, existem as classes de aceleração de aprendizagem – alunos das quatro primeiras séries que não têm idade para recorrer ao ensino supletivo, que cursarão dois anos em um – a instalação de 100 postos do telecurso Brasil 2000 e o aumento do número de alunos por sala. Em 1996, será possível dispensar 60 mil professores, dos quais 30 mil serão leigos.

As dispensas já estão sendo efetuadas, com a avaliação para efeito de exoneração, e estão sendo efetivados todos aqueles que têm menos de dois anos no serviço público estadual, atingindo aproximadamente 400 professores e cerca de três mil funcionários de escola.

Para liberar, mais ainda, mão-de-obra e eliminar as perdas de cerca de 600 milhões de reais ao ano com alunos retidos e evadidos, há as portarias da Secretaria da Educação determinando que as escolas reduzam “drasticamente” (expressão da Secretaria de Educação) a evasão e repetência. Isto me lembra

Que o Estado gasta pouco com a área social, é verdade; que gasta mal também o é. O que não é verdade é que não tenha mais condições de obter recursos próprios para investir nesta área.

uma declaração recente do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, segundo a qual se fossem eliminadas a evasão e a repetência, 50% dos professores de 1º e 2º graus das escolas públicas brasileiras seriam desnecessários.

O governo joga uma cortina de fumaça sobre as causas fundamentais da evasão e da repetência, culpando como sempre os professores, esquecendo-se de mencionar propositadamente que existem hoje no Brasil 10 milhões de desempregados, 31,7 milhões de indigentes e, segundo dados de 1990, 10 milhões de crianças trabalhando ilegalmente, o que reflete diretamente no acesso, permanência e desempenho escolar, especialmente dos membros das camadas de menor poder aquisitivo.

Além de pôr em prática as propostas de Reforma Administrativa do ministro Bresser Pereira, demitindo funcionários públicos, o governo estadual “inova” propondo novas formas de financiamento do ensino: as parcerias, prioritariamente com os municípios, mas também, com a comunidade escolar e a iniciativa privada.

A divisão das escolas por série em 1996 – escolas de 1ª a 4ª séries, 5ª a 8ª séries, apenas de 2º grau e de 5ª a 3ª série do 2º grau – além de racionalizar recursos e pessoal, visar a municipalizar o ensino da 1ª a 4ª séries com o Estado repassando verbas para os municípios para, num primeiro momento, custear as escolas e, posteriormente, contratar e pagar de professores.

O Estado pretende passar aos municípios 60% dos alunos hoje matriculados na Rede Estadual (de 6,7 milhões de matrículas nas escolas estaduais, 3,6 milhões estão na faixa de 1ª a 4ª séries). Assim, a má qualidade de ensino e a escassez de recursos poderão se agravar nos próximos anos.

As parcerias com a iniciativa privada e a comunidade escolar se baseiam no plano decenal, dando às escolas autonomia para captar e gerir recursos. Teremos escolas adotadas por empresas, que poderão custeá-las e participar de sua administração, algo que já ocorre hoje em Taboão da Serra e na Capital. Outra possibilidade é a própria comunidade escolar assumir o custeio das escolas; trata-se das cooperativas, que estão sendo implementadas em alguns estados.

Isso levará a uma diferenciação cada vez maior no seio da Rede Estadual de Ensino. As escolas mais

bem localizadas, com uma comunidade que possua mais recursos, poderão atrair a atenção das empresas; no entanto, as escolas periféricas, que atendem à população de nível sócio-econômico mais baixo, seguramente não irão despertar o interesse do empregado, e a comunidade escolar não terá condições de custeá-las. É a aplicação da teoria da Escola Dual: para os mais favorecidos, uma escola um pouco melhor, para a imensa maioria, uma escola cada vez pior, ou mesmo, a não-existência de escolas.

As parcerias levam à privatização do ensino, uma privatização financiada com recursos públicos geridos pela iniciativa privada, uma vez que o dinheiro

investido pelas empresas em projetos educacionais corresponde a impostos devidos ao Estado (cota parte do salário-educação e isenções fiscais por investimento em projetos educacionais).

O fundamento de todas essas medidas é a redução do “custo Brasil”. Elas são partes da reforma do Estado; reduzir os gastos públicos com previdência saúde e educação; reduzir o custo da mão-de-obra, eliminando praticamente todos os direitos trabalhistas, retrocedendo a relação capital-trabalho aos primórdios da revolução industrial na Europa.

Isto, numa economia mundial cada vez mais com-

petitiva e caótica, num estado de entropia cada vez maior, no qual a propalada “nova ordem” não passa de um mito, como a competição entre potências cada vez mais selvagem e desregrada, torna nossos produtos mais baratos e competitivos, favorecendo o acúmulo privado de capital.

É como dizia Marx, o trabalho morto se sobrepondo ao trabalho vivo; as coisas-mercadorias se tornam mais importantes que os homens. Reduz-se o custo dos produtos, diminuindo-se o preço das pessoas.

Para concluir, a luta pelo ensino público por melhores salários, condições de trabalho e mais verbas continua mais justa e atual do que nunca. Com uma evasão fiscal de 50% e o governo estadual sequer cumprindo o orçamento em vigor para a Educação (de janeiro a julho deste ano, segundo dados da Apeoesp, 606 milhões de reais não foram aplicados no pagamento de salários de professores e servidores da Secretaria de Educação), dispensando 60 mil professores, mas admitindo contratar outros milhares para ministrar as aulas de Religião no próximo ano, só não há mais investimento na Educação por decisão política.



EDUCAÇÃO-CUBA

NEM SÓ DE PÃO VIVE O HOMEM

Guillermo Díaz Rodríguez



Hoje, ninguém duvida de que um indicador importante da qualidade de vida de um povo é o seu sistema educativo. A eficiência do trabalho realizado na formação de cidadãos cultos expressa o respeito a um direito fundamental do ho-

mem e é um procedimento prático para torná-lo um ser pleno e feliz. “-Ser culto é o único modo de ser livre”, disse José Martí, o Apóstolo da independência cubana. Sob esse lema, trabalha-se em Cuba – dia a dia, desde o século passado – para consolidar o que se conquistou nos últimos 35 anos e para vencer os problemas

que afetam hoje a complexa tarefa de ensinar e aprender, de instruir e educar.

Nestes primeiros anos da década de 90, apesar dos pesares, a educação em Cuba continuou avançando. Mas como foi possível em meio a tantas dificuldades? Do meu ponto de vista, por uma simples razão: em Cuba, a

educação continua sendo uma prioridade, uma prioridade política e também uma prioridade na prática cotidiana. Temos educação porque continuamos tendo Revolução. Temos educação de qualidade porque nada é mais importante para a Revolução do que o homem. Humanismo: essa é a chave. Nada poderia ser feito se o homem e suas necessidades, suas utopias e suas realizações não fossem o centro dos desvelos de toda a sociedade e daqueles que a dirigem.

Desde os primeiros momentos, a educação revolucionária definiu sua política e tal condicionamento trouxe ao sistema uma coerência que é outra das chaves que levou aos resultados obtidos. Muitos erros táticos podem ter sido cometidos; mas, na sua vocação estratégica de autoaperfeiçoamento, a educação cubana foi amadurecendo, foi se desenvolvendo. A consciência de que o conquistado não é perfeito e de que a luta pela qualidade será sempre o pão nosso de cada dia, garantem a sua continuidade e o seu crescimento.

Quando triunfou a Revolução, em 1959, a situação educacional em Cuba era bem diferente. Com uma população que não chegava aos sete milhões de habitantes, o país possuía mais de um milhão de analfabetos, mais de meio milhão de crianças sem escolas, um ensino de primeiro grau ao qual somente a metade da população escolar tinha acesso, um ensino de nível médio e superior que era privilégio das minorias que viviam nas maiores cidades e mais de dez mil professores sem trabalho – apenas para dar alguns exemplos.

Era, na realidade, uma situação caótica, sinal da indiferença dos governos de plantão diante de uma atividade substancialmente ligada à melhor parte da natureza do homem: sua inteligência e sua sensibilidade, seu cérebro e seu coração.

Somente um processo como o que se levou adiante a partir de 1959 poderia dar um fim àquela situação. Era necessário eliminar as causas que, a cada ano, tornavam mais abismais as diferenças entre os ricos e os pobres. O resto já é parte da história do povo cubano.

A obra começou bem cedo, tendo como denominador comum uma profunda participação popular e uma clara definição da política a ser seguida. A educação do povo converteu-se numa meta capital e numa obsessão da sociedade como um todo. A Campanha Nacional de Alfabetização, em 1961, talvez tenha sido o ponto mais alto deste início. Aquela gigantesca epopéia política e cultural não foi apenas um gesto humanista, foi também a base imprescindível para o desenvolvimento educacional alcançado pelo país e que se expressa nos seguintes fatos:

Em Cuba, a educação é, na realidade, um direito e um dever de todos. Qualquer cidadão cubano tem as mesmas possibilidades de acesso à educação independentemente de sua idade, sexo, grupo étnico, local de residência ou crença religiosa.

A educação do povo não é só tarefa da escola, mesmo que esta represente seu principal elo. Todas as organizações e instituições sociais atuam neste sentido, convertendo tão complexa tarefa numa ação democrática e popular.

O sistema educativo foi articulado de tal maneira que, desde muito cedo, inculca-se no cidadão a convicção de que a interdependência entre o estudo e o trabalho constitui a base essencial de sua formação. Tem-se criado condições para que crianças e jovens adquiram uma consciência de produtores de bens sociais e aprendam que só terão na vida aquilo que forem capazes de ob-

A educação cubana em números

- ✓ a taxa de alfabetização do país é superior a 95%
- ✓ taxa atual de escolaridade:
 - até 11 anos: 100%
 - de 12 a 14 anos: 94%
- ✓ centros de ensino médio: 13.000
- ✓ centros universitários: 45
- ✓ cubanos estudando: 2.400.000
- ✓ alunos internos: 380.000
- ✓ alunos semi-internos: 663.000
- ✓ total de docentes: 250.000
- ✓ crianças na pré-escola: 150.000
- ✓ alunos de educação especial: 57.000
- ✓ estudantes de Ensino Técnico e Profissional: 224.000
- ✓ alunos de Educação para Adultos: 115.000
- ✓ alunos de Educação Superior: 224.000
- ✓ graduados desde 1959:
 - da Educação Técnica e Profissional: 1.345.700
 - do Subsistema de formação de pessoal pedagógico: 496.000
 - da Educação Superior: mais de meio milhão
- ✓ população do país: cerca de 11 milhões de habitantes.

N.T.: A 9ª série, no ensino cubano, é o último ano do "secundário", que, no Brasil, equivaleria à 1ª série do 2º grau.

ter por meio do trabalho, esse “grande pedagogo da juventude”.

O ensino é gratuito para todos. Em condições econômicas tão adversas como as atuais este princípio continua em plena vigência e, para tanto, o Estado faz os esforços que forem necessários. Hoje, muitas fábricas estão sendo fechadas, mas todas as escolas continuam abertas e em funcionamento.

Ter conseguido a materialização de tais objetivos não significa, de modo algum, ter alcançado aquilo que, em termos de educação, o país aspira e necessita. O auto-aperfeiçoamento contínuo do sistema, que sempre foi uma de suas prioridades, adquire, nas condições atuais, importância de primeira ordem. A Educação deve contribuir decisivamente no período de transformações que está atravessando a sociedade cubana. O desafio tem proporções inimagináveis e por isso já está em andamento a aplicação de uma política que se empenha em resolver as contradições e insuficiências que se têm apresentado.

Ninguém medianamente informado nega, atualmente, a obra educacional de Cuba. Nenhum outro país do Terceiro Mundo – ao qual pertencemos, mesmo que alguns freqüentemente se esqueçam disso – conseguiu erradicar o analfabetismo e o atraso escolar, diminuiu a níveis pouco significativos as taxas de repetência e evasão, elevou a escolaridade média da população à 9ª série ou tem em exercício um professor para cada 45 habitantes.

Poucos países da região têm conseguido com que todos os professores da educação primária possuam título idôneo para exercer suas atividades ou que, no nível médio, 87% de seus professores tenham formação pedagógica universitária – apenas para citar alguns indicadores quantitativos. Mas o problema se as-

socia, agora, fundamentalmente à qualidade. Vejamos em que sentido.

No que se refere a planos de estudo e programas, o Sistema Nacional de Educação manteve um critério único que em nada contribuía para atingir o nível de flexibilidade necessário para adequar-se às características das diferentes regiões do país, com o conseqüente resultado da aplicação de planos insuficientemente ajustados às particularidades da realidade – em transformação acelerada – e aos interesses das crianças e jovens.

Pesquisas realizadas mostraram a evidência de que, em termos qualitativos, o nível dos resultados de aprendizado e de formação integral dos estudantes não se relaciona suficientemente com a prioridade, os esforços e o montante dos recursos destinados à educação.

Quanto à formação do pessoal docente, as análises críticas que vêm sendo realizadas assinalam uma tendência à teorização que não é compatível, de forma alguma, com a intenção de formar as novas gerações sob o princípio da combinação harmônica da teoria e da prática.

Está absolutamente claro que, no afã de democratizar a educação cubana, a extensão e universalização dos serviços educacionais têm sido algo muito importante. Hoje, no entanto, torna-se imprescindível o objetivo de consolidar o estilo de trabalho das escolas, de maneira que pela sua organização, pelo nível de participação e decisão de seus integrantes e pelas suas funções, sejam cada vez mais democráticas.

Deste ponto de vista, a Educação Superior também está buscando consolidar suas tendências de aperfeiçoamento que dizem respeito, fundamentalmente, a: uma maior integração das Universidades com as unidades de produção e de serviços; um aumento do grau de descentraliza-

ção, que facilite às autoridades de cada centro maiores possibilidades para transformar os planos de estudo em relação às necessidades e condições da região onde se encontra e da própria comunidade com a qual se inter-relaciona, e a conversão da ciência na lógica fundamental do aprendizado, por meio de uma maior integração dos aspectos acadêmicos, laborais e de pesquisa nos afazeres cotidianos.

Cada nível tem hoje seus próprios objetivos de aperfeiçoamento e modernização. Cada dirigente, técnico ou professor do Sistema Educacional Cubano está empenhado neste esforço que se faz mais complexo pelas difíceis condições econômicas nas quais se realiza. Mas existe o consenso de que não pode haver outra alternativa. Neste sentido, a cooperação é imprescindível.

A educação cubana é um sistema aberto que se nutre do melhor de nossa própria tradição pedagógica e daquilo que se fez e se faz, no mundo, para avançar sobre bases seguras, por isso o intercâmbio internacional cresce a cada dia, especialmente com o nosso tronco comum: a América-Latina e o Caribe. Muito é o que estamos tentando aprender de outras experiências e, quem sabe, parte das nossas possa ser útil em algum lugar. Claro, não se trata de extrapolações miméticas e estéreis, esses dissabores também os conhecemos. Trata-se de uma integração inteligente e enriquecedora em prol de objetivos comuns. Trata-se, enfim, de trabalhar unidos pela educação de nossos filhos, esse alimento tão necessário ao homem, como o pão que consome a cada dia.

Guillermo Díaz Rodríguez é Doutor em Ciências Pedagógicas e Representante do Ministério da Educação de Cuba no Brasil.

Tradução: Graciela Foglia e Leonardo Chianca.



Cartas

Desaparecidos políticos

Ao tomar conhecimento do artigo “Desaparecidos Políticos - A Falta de Vontade Política de FHC”, de autoria do Sr. Ivan Seixas, publicado nesta revista, confesso que fiquei momentaneamente surpreso. Com o passar do tempo, porém, acabei até por entender que há todo um comportamento de revolta, de certa forma compreensível, em sua personalidade e em sua formação histórica, mas que não justifica a forma agressiva com que me tratou em seu artigo.

Este senhor sempre foi muito bem recebido por mim e por meus colegas de Departamento, não raro sem qualquer agendamento prévio, já que sempre mantive as portas da minha sala abertas a quem me procura.

Em todas as oportunidades dei-lhe os devidos esclarecimentos sobre o andamento do trabalho de identificação das Ossadas de Perus. Tentou, aliás, por várias vezes, convencer-me a dar depoimentos e informações que cientificamente eu não poderia fazer. Procurou ser o intermediário entre meu Departamento e a Prefeitura de São Paulo, onde estava lotado no gabinete da Prefeita Luiza Erundina, na tentativa de aplicar os recursos prometidos — jamais vindos — sem nunca ter trazido qualquer informação a respeito. Todas as vezes que o procuramos para saber

da liberação de recursos, omitiu e não retornou ao assunto.

Com a saída da Prefeita, nunca mais me procurou pessoalmente. Soube que tem tentado com alguns integrantes no meu Departamento saber sobre determinados desaparecidos.

Por questões éticas e morais, assumidas no início dos trabalhos, não emiti qualquer opinião subjetiva, e só procuro a família

de um desaparecido quando tenho bons indicativos de que a ossada que estamos estudando possa pertencer a seu familiar. Não pretendo criar expectativas falsas ou esperanças inconsistentes naqueles que já sofrem há tantos anos.

Se esta forma de proceder é ser arrogante,

realmente sou, pois não serei leviano em falar algo só por achar. O achismo, aliás, é recurso de quem nada sabe, só acha.

Eu tenho, por princípio, uma norma: procurar, achar, comprovar, e só então falar. Se me falta uma das etapas, não me manifesto.

Neste sentido, o que acha o Sr. Ivan Seixas é problema puramente pessoal dele, que deveria guardar para si em respeito a uma pessoa — no caso, o profissional que sou — que ele não conhece, mas que acha que conhece.

Atenciosamente

Prof. Dr. Fortunato Antonio Badan Palhares, Chefe do Departamento de Medicina Legal da FCM/Unicamp

Florestan Fernandes

A diretoria da Adusp e o Conselho Editorial da Revista Adusp agradecem as centenas de manifestações de apoio à iniciativa da publicação de uma edição especial em homenagem ao Professor Florestan Fernandes. No dia 20 de outubro, a Adusp lançou a edição especial, no Anfiteatro da Faculdade de História, com a presença dos familiares, dos autores dos textos e do ex-presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.



Daniel R. Garcia

Erramos

A professora Miriam Limoeiro Cardoso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolve a pesquisa “Para uma história da sociologia no Brasil: a obra de Florestan Fernandes”, e não “Para uma história do socialismo”, conforme publicado na edição número 4 da Revista Adusp. Ainda nesta edição, o título correto do artigo do historiador e professor visitante do IEA, Jacob Gorender, é “Confluências e contradições da construção sociológica”.

A Revista Adusp se reserva o direito de publicar trechos representativos das cartas recebidas.